

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ANÁLISE

THAYANNE DA SILVA RAMIRES

O MERCADO DE TRABALHO AMAZONENSE: análise da participação das mulheres de
2012 à pandemia de covid-19

MANAUS
2023

THAYANNE DA SILVA RAMIRES

O MERCADO DE TRABALHO AMAZONENSE: análise da participação das mulheres de
2012 à pandemia de covid-19

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como
requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências
Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Lenice Ypiranga B. de Araújo Vieira Sá

MANAUS
2023

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R173m Ramires, Thyanne da Silva
O mercado de trabalho amazonense : análise da participação das
mulheres de 2012 à pandemia de covid-19 / Thyanne da Silva
Ramires . 2023
59 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Lenice Ypiranga Benevides de Araújo Vieira Sá
TCC de Graduação (Ciências Econômicas) - Universidade
Federal do Amazonas.

1. Trabalho. 2. Gênero. 3. Pandemia. 4. Covid-19. I. Sá, Lenice
Ypiranga Benevides de Araújo Vieira. II. Universidade Federal do
Amazonas III. Título

THAYANNE DA SILVA RAMIRES

O MERCADO DE TRABALHO AMAZONENSE: análise da participação das mulheres de
2012 à pandemia de covid-19

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como
requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências
Econômicas.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 14/06/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Lenice Ypiranga B. de Araújo Vieira Sá - UFAM
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Andreia Brasil Santos - UFAM
Avaliador

Prof. Ms. Geasi Morais - UFAM
Avaliador

RESUMO

Tendo em vista que no mercado de trabalho do Estado do Amazonas há uma grande disparidade de gênero, o presente estudo buscou analisar o mercado de trabalho feminino amazonense no período de 2012 a 2021, a fim de conhecer os impactos da pandemia de COVID-19 sobre a participação das mulheres. Para tanto, foi necessário identificar a idade e raça das mulheres inseridas na força de trabalho, verificar o nível de escolaridade e distinguir as atividades desempenhadas pelas mulheres e a renda obtida. Realizou-se, então, uma pesquisa descritiva dos microdados da PNAD Contínua e bibliográfica centrada na literatura produzida sobre o mercado de trabalho. Os resultados da pesquisa apontaram para a redução da força de trabalho feminina, persistência da segregação ocupacional e aumento das diferenças entre os rendimentos de homens e mulheres, o que impôs a constatação de que a pandemia de COVID-19 acentuou as desigualdades de gênero presentes no mercado de trabalho.

Palavras-chave: trabalho; gênero; pandemia; covid-19.

ABSTRACT

Given that there is a significant gender disparity in the labor market in the state of Amazonas, this study aimed to analyze the Amazonas female labor market from 2012 to 2021 in order to understand the impacts of the COVID-19 pandemic on women's participation. To achieve this, it was necessary to identify the age and race of women in the workforce, assess the level of education, and distinguish the activities performed by women and the income obtained. A descriptive analysis of microdata from the PNAD Contínua and a literature review focusing on the labor market were conducted. The research findings indicate a reduction in the female workforce, persistent occupational segregation, and an increase in the wage gap between men and women, leading to the conclusion that the COVID-19 pandemic has exacerbated gender inequalities in the labor market.

Keywords: labor; gender; pandemic; covid-19.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Composição de pessoas de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho, por gênero - Amazonas - 3º trimestre de 2012-2021.....	25
Gráfico 2 – Taxa de participação por gênero - Amazonas - 3º trimestre de 2012-2021.....	26
Gráfico 3 – Nível de ocupação por gênero - Amazonas - 3º trimestre de 2012-2021.....	27
Gráfico 4 – Taxa de desocupação por gênero - Amazonas - 3º trimestre de 2012-2021.....	28
Gráfico 5 – Taxa composta de subutilização da força de trabalho por gênero - Amazonas - 3º trimestre de 2012-2021.....	29
Gráfico 6 – Rendimento médio mensal efetivo de todos os trabalhos para pessoas de 14 anos ou mais de idade - Amazonas - 3º trimestre de 2012-2021 - (em R\$).....	30
Gráfico 7 – Pessoas de 14 anos ou mais por posição na ocupação - Amazonas - 3º Trimestre - 2012-2021.....	43
Gráfico 8 – Pessoas de 14 anos ou mais por grupamentos ocupacionais - Amazonas - 3º Trimestre - 2012-2021.....	45

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Definições conceituais de indicadores de trabalho.....	22
Quadro 2 – Divisões da população e da força de trabalho.....	23

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ocupados por gênero, segundo cor ou raça - Amazonas - 3º Trimestre - 2012-2021.....	31
Tabela 2 – Ocupados por gênero, segundo grupos de idade - Amazonas - 3º Trimestre - 2012-2021.....	33
Tabela 3 – Ocupados por gênero, segundo níveis de instrução - Amazonas - 3º Trimestre - 2012-2021.....	35
Tabela 4 – Desocupados por gênero, segundo cor ou raça - Amazonas - 3º Trimestre - 2012-2021.....	37
Tabela 5 – Desocupados por gênero, segundo grupos de idade - Amazonas - 3º Trimestre - 2012-2021.....	39
Tabela 6 – Desocupados por gênero, segundo níveis de instrução - Amazonas - 3º Trimestre - 2012-2021.....	41
Tabela 7 – Rendimento médio mensal efetivamente recebido por gênero, segundo grupamentos ocupacionais - Amazonas - 3º Trimestre – 2012-2021.....	47

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 REVISÃO DE LITERATURA	12
1.1 Aspectos conceituais e teóricos do mercado de trabalho	12
1.2 A evolução do papel da mulher no mundo do trabalho.....	13
1.3 A mulher amazonense no mercado de trabalho.....	17
1.4 Os impactos da pandemia de COVID 19 sobre o mercado de trabalho brasileiro: uma visão geral.....	19
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
3 ANÁLISE DE RESULTADOS	24
3.1 Análise da participação das mulheres de 2012 à pandemia de COVID-19.....	24
3.2 Discussões	49
CONCLUSÃO.....	55
REFERÊNCIAS	57

INTRODUÇÃO

A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado de SARS-CoV-2, que tornou-se conhecido pela Organização Mundial da Saúde em 31 de dezembro de 2019, após o recebimento da notificação de um grupo de casos de pneumonia de causa desconhecida detectados em Wuhan, na China (WHO, 2020).

A pandemia da COVID-19 motivou em 2020 uma série de medidas voltadas para o controle da circulação do vírus, o que levou à restrição das atividades econômicas devido ao distanciamento social. Apesar da pouca distância temporal do evento, alguns impactos decorrentes das medidas adotadas já puderam ser verificados e apontam o aprofundamento da desigual participação das mulheres no mercado de trabalho.

De acordo com o Global gender gap report (2021), desenvolvido pelo Fórum Econômico Mundial, a desigualdade de gênero presente nos postos de trabalho, que vinha apresentando diminuição em todo o mundo, manifestou uma tendência inversa com a pandemia, de modo que as mulheres foram as mais afetadas pelo desemprego. O relatório também aponta que referente à participação de mulheres na força de trabalho, o Brasil ocupa a 85ª posição em relação a 146 países, classificação que reflete a disparidade de gênero persistente no mercado de trabalho do país.

Conforme dados divulgados pelo IBGE (2021), no ano de 2019, a taxa de participação na força de trabalho relacionada à parcela feminina da sociedade foi de 54,5%, enquanto homens apresentaram 73,7%. No que diz respeito a 2020, os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) relativos ao terceiro trimestre, período marcado pela pandemia de COVID-19, mostram que o percentual de participação das mulheres reduziu para 47,3%. Dessa forma, é provável que esse cenário se perpetue no mercado de trabalho amazonense, pois, no terceiro trimestre de 2019, a desigualdade de gênero era igualmente marcante. Nesse período, as mulheres representavam 53,9% da participação na força de trabalho, em contraste com a significativa taxa de 74,9% atribuída aos homens. Portanto, o tema “análise da participação das mulheres amazonenses no mercado de trabalho de 2012 à pandemia de COVID-19” pretende contribuir para uma melhor compreensão dos efeitos desproporcionais que recaem sobre as mulheres no que tange ao mercado de trabalho em tempos de crise.

À vista disso, este estudo é relevante porque elucida as disparidades de gênero presentes no Estado do Amazonas que provavelmente foram ampliadas no contexto da pandemia. Configurando dessa forma, uma crise econômica e social ainda mais acentuada, muito embora o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho tenha sido considerável ao

longo dos anos. A mulher ainda faz parte da minoria dentro do mercado de trabalho e as desvantagens somam-se às ocupações em cargos menos valorizados, ofertas menores de salários e dupla jornada de trabalho.

Assim sendo, o trabalho apresenta o seguinte problema de pesquisa: Quais os impactos da pandemia de COVID-19 sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho amazonense no período de 2020 e 2021? A hipótese é de que a pandemia ampliou os desafios enfrentados pelas mulheres no mercado de trabalho.

O objetivo geral da pesquisa é analisar a participação de mulheres no mercado de trabalho amazonense no período de 2012 a 2021. Dessa forma, os objetivos específicos propostos são: a) identificar a idade e raça das mulheres inseridas na força de trabalho; b) verificar o nível de escolaridade das mulheres; e, c) distinguir as atividades desempenhadas pelas mulheres e a renda obtida.

Além desta introdução, este trabalho é dividido em 4 seções. A primeira seção contempla uma revisão de literatura, explorando os aspectos conceituais e teóricos do mercado de trabalho, a evolução do papel da mulher no mundo produtivo, a inserção da mulher amazonense no mercado de trabalho e uma visão geral dos impactos da pandemia de COVID 19 sobre o mercado de trabalho brasileiro. Na seção subsequente, aborda-se a metodologia utilizada. A terceira seção apresenta a análise dos resultados e discussões da pesquisa; por fim, são apresentadas as conclusões deste estudo.

1 REVISÃO DE LITERATURA

1.1 Aspectos conceituais e teóricos do mercado de trabalho

O mercado de trabalho é constantemente definido a partir da relação entre indivíduos que procuram emprego e as firmas que oferecem vínculo empregatício. Nesse sentido, a compreensão sobre o mercado de trabalho está inevitavelmente atrelada à visão de um lugar abstrato em que o conjunto de ofertas e demandas de emprego pode ser negociado e as quantidades oferecidas e procuradas se estabelecem em função do preço, isto é, da remuneração no mercado de trabalho (OLIVEIRA;PICCININI, 2011).

De acordo com AMAZONAS (2016), a teoria econômica tradicional enxerga o mercado de trabalho por meio de duas forças: a oferta de trabalho, formada pelos trabalhadores, e a demanda por trabalho, formada pelas firmas. Dessa forma, ao passo em que as firmas oferecem um salário mais elevado, os trabalhadores tendem a ofertar mais força de trabalho. Por outro lado, as firmas demandam uma quantidade maior de trabalho à medida que os trabalhadores aceitam receber um salário menor. Assim, espera-se que a posição de pleno emprego seja alcançada através da flexibilidade dos salários, considerando que se os trabalhadores estiverem dispostos a receber um salário menor, as empresas estarão inclinadas a contratar mais força de trabalho, isto significa que ficarão desempregados apenas aqueles que se recusam a trabalhar por um salário inferior ou aqueles que ainda não forem qualificados o suficiente para preencher as vagas oferecidas pelas firmas.

Ao tratar da oferta de trabalho na teoria neoclássica, Passos e Guedes (2018), evidenciam que nesse modelo as decisões tomadas implicam um custo de oportunidade, logo, determinada escolha realiza-se em detrimento de outra. Sendo assim, o modelo é capaz de ilustrar a dificuldade presente na alocação de tempo dos agentes econômicos, tendo em vista a escassez do número de horas disponíveis. Posto que para utilizar o recurso limitado de tempo em alguma atividade é preciso desistir de usar em outra, tem-se que a distribuição desse recurso nas sociedades é constituída por dois espectros básicos: a atividade produtiva e a vida doméstica.

Conforme Tedesco e Souza (2020), a teoria econômica compreende a participação feminina no mercado de trabalho segundo o prisma da economia de gênero, tendo em conta que a decisão entre participar ou não participar depende de diversas características individuais da família e do ambiente econômico que implicam em determinações diferentes na escolha de manter-se dentro e fora do mercado de trabalho. As autoras destacam que essa perspectiva se

originou de estudos relacionados à denominada “economia da família”, que segue o princípio fundamental de que a escolha de participar do mercado de trabalho parte do ambiente familiar.

A interação conflitante entre trabalho e família presente na análise da participação da mulher no mercado de trabalho decorre das atribuições sociais determinadas a homens e mulheres ao longo da história. À vista disso, teorias feministas abordam o mercado de trabalho feminino com base na divisão social do trabalho entre os sexos, que historicamente associou o trabalho dos homens ao trabalho produtivo e o trabalho das mulheres ao trabalho reprodutivo (MELO; CASTILHO, 2009).

Portanto, a participação no mercado de trabalho configura-se de modo desigual para a mulher em razão das atribuições socialmente definidas a homens e mulheres, que intensificam o conflito alocativo feminino entre trabalho e família ao atribuir tradicionalmente trabalho voltado para o âmbito doméstico à mulher.

1.2 A evolução do papel da mulher no mundo do trabalho

Ao longo da história as mulheres foram designadas ao trabalho reprodutivo, fato que tem raízes na desigual divisão sexual do trabalho e marcou toda a trajetória de inserção das mulheres no mundo produtivo. Segundo Leone (2019), existe uma desigualdade básica relacionada à participação de homens e mulheres na atividade econômica que decorre de razões históricas e culturais da nossa sociedade ao sobrecarregar as mulheres com tarefas domésticas e cuidado dos filhos, independentemente de sua idade, condição de ocupação e nível socioeconômico.

De acordo com Nogueira (2004, apud DE MATOS et al., 2021, p.73), durante a Idade Média já havia atribuições de trabalho à figura feminina, onde as funções eram divididas com base na faixa etária. Logo, as mulheres que residiam no campo dedicavam-se às atividades agrícolas, as mais novas e solteiras eram encarregadas de lavar e tecer, enquanto as mais velhas eram incumbidas de cozinhar e as mães tinham o dever de cuidar das crianças.

No século XVIII, com o advento da Revolução Industrial houve grandes transformações sociais resultantes da oportunidade de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Para Lemos Junior e Silva (2019), o processo de absorção da mão de obra feminina transformou a forma como a sociedade até então enxergava as atividades a serem desempenhadas pelas mulheres, que eram somente tarefas ligadas ao trabalho do lar. Entretanto, como De Matos et al. (2021) ressaltam, a grande absorção da força de trabalho

feminina nesse período deu-se principalmente pelo interesse dos empregadores em baratear os salários. Assim, o trabalho das mulheres era desvalorizado, considerado como inferior ou de menor valor ao trabalho masculino. Essa situação produziu diversas implicações negativas como salários baixos, longas jornadas de trabalho e duplas jornadas derivadas da conciliação do trabalho doméstico com o trabalho fora do lar, além de condições inadequadas e abusivas de serviço (LEMOS JUNIOR; SILVA, 2019).

Ao abordar a evolução da mulher no mercado do trabalho, Probst (2003) enfatiza que a I e II Guerra Mundial deram início à intensificação da participação feminina na força de trabalho à medida que os homens partiam para as batalhas e as mulheres tinham que assumir as posições antes ocupadas por homens nos postos de trabalho e nos negócios da família. No final da guerra, diversos homens haviam perdido suas vidas e muitos dos sobreviventes ficaram incapacitados de voltar ao trabalho. Essa circunstância também contribuiu para que as mulheres deixassem as funções domésticas a fim de realizar o trabalho que antes seria desempenhado por homens. Leone e Baltar (2008) apontam que o modelo social concebido no pós-guerra era caracterizado pela nítida separação do trabalho doméstico reprodutivo daquele extradoméstico por remuneração, porém, caso as mulheres tivessem um trabalho extradoméstico, eram segregadas a alguns poucos tipos de ocupação.

Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), a persistência do processo de segregação ocupacional é considerada um dos aspectos mais marcantes do mercado de trabalho, posto que a distribuição de trabalhadores por sexo em nichos ocupacionais se faz presente em todas as sociedades, existindo quando a proporção de homens e mulheres em determinadas ocupações ou profissões não é proporcional à sua distribuição entre o total de pessoas ocupadas (LEONE; KREIN; TEIXEIRA, 2017).

Conforme Kon (1999), parte dos efeitos da segregação decorrem dos valores sociais que originam a discriminação em relação às funções que devem ser desempenhadas pelos gêneros. A autora destaca que a participação das mulheres é acentuada em ocupações relacionadas a postos de escritório ou burocráticos e de outros serviços, uma vez que tanto nos países avançados quanto nos menos desenvolvidos verificou-se um processo de crescimento da feminização nessas ocupações na década de 80, contrastando com a baixa presença de homens nesses postos. Em complemento, a autora expõe que ocupações ligadas a trabalhos de serviço doméstico em domicílios ou em empresas como hotéis e restaurantes também são caracteristicamente femininas, onde homens fazem parte da minoria. Contudo, Kon realça que no que se refere a cargos de liderança, como postos de gerentes e administradores, percebe-se uma participação feminina crescente, mas ainda pouco significativa.

Ao tratar da segregação entre os sexos no mercado de trabalho, Leone, Krein e Teixeira (2017) recorrem à literatura sobre o tema, que diferencia duas formas básicas de segregação ocupacional: uma horizontal e outra vertical. A segregação horizontal ocorre quando os sexos estão distribuídos de forma desproporcional na estrutura ocupacional, enquanto a segregação vertical ocorre quando um sexo tende a estar em níveis hierárquicos mais elevados em relação ao outro dentro da mesma ocupação. Para os autores, a discriminação oriunda das desigualdades salariais é uma consequência dessa segregação, ainda que se manifeste de outras formas.

Nahra e Costa (2020), estabelecem que a desigualdade salarial de gênero procede dos salários distintos concedidos a homens e mulheres pela mesma fonte pagadora ao realizar-se o mesmo trabalho, ou seja, quando homens recebem mais para cumprir a mesma função realizada pelas mulheres. Por conseguinte, as autoras distinguem a desigualdade salarial do abismo salarial que embora contemplem a mesma lógica de desvalorização do trabalho feminino, referem-se a fenômenos diferentes, visto que o abismo salarial ocorre quando se verifica que a média salarial dos homens paga por uma empresa ou organização é maior que a média salarial das mulheres. Acontecimentos observados frequentemente em organizações onde há mais homens em posições de alta direção e poder do que mulheres.

No intuito de abranger as causas da diferença salarial, Leone, Krein e Teixeira (2017), confrontam teorias conservadoras que explicam as diferenças salariais considerando como fatores relevantes a baixa escolaridade e ausência de experiência profissional. Apoiados nos dados da PNAD de 2014, os autores mostram que as mulheres possuem escolaridade mais elevada em todas as ocupações, dado que 27% das mulheres ocupadas possuíam doze anos ou mais de escolaridade, contra apenas 17% dos homens. Assim, o fator de relevância para explicar as diferenças salariais, seria a segregação ocupacional, que concentra as mulheres em ocupações com remuneração reduzida. Os autores sustentam que a disparidade entre gêneros decorre da experiência profissional masculina basear-se em uma trajetória profissional sem percalços e interrupções, o que não acontece com as mulheres por serem as primeiras a enfrentar o desemprego, em períodos de crise, bem como a informalidade em mercados de trabalho pouco estruturados.

No Brasil, a presença das mulheres no mercado de trabalho se intensificou a partir dos anos de 1970 e o crescimento constatado persistiu mesmo com as sucessivas crises econômicas que afligiam o país na década de 80 (BRUSCHINI, 1994). Dessa forma, como aponta Matos et al. (2020), a entrada das mulheres brasileiras no mundo do trabalho influenciou um aumento da população economicamente ativa do país entre 1979 e 1989, que passou de 39,6% para 43,3%,

de modo que ao final dos anos de 80, mais de um terço da população economicamente ativa brasileira era integrada por mulheres.

De acordo com Bruschini (1994), a incorporação da força de trabalho feminina na década de 70 deu-se por meio de um conjunto de transformações de ordem econômica, social e demográfica, verificadas na sociedade brasileira, que moldaram a composição interna da força de trabalho. Por um lado, o aumento da participação das mulheres beneficiou-se da expansão econômica daquele período, visto que o crescimento da urbanização e o ritmo acelerado da Industrialização propiciaram a inserção de novos trabalhadores. Por outro lado, a oferta de trabalho feminina ampliou-se em razão das profundas mudanças nos padrões de comportamento e valores relacionados ao papel social da mulher, promovidas por movimentos feministas e a crescente presença feminina em espaços públicos. Como a autora bem destaca, o processo de transformação é movido principalmente pelas mudanças nos padrões de comportamento, uma vez que a queda na taxa de fecundidade das cidades e regiões mais desenvolvidas do país, reduz o número de filhos por mulher, liberando-a para o trabalho, assim como a expansão da escolaridade e o acesso das mulheres às universidades também contribuíram para esta transformação.

A atuação econômica feminina seguiu crescendo ao longo dos anos, conforme Passos e Guedes (2018) revelam, a partir de dados da Pnad, nota-se que o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, que não atingia 20% em 1970, passou a alcançar cerca de 49% no ano de 2010. Entretanto, como Leone (2019) destaca, a consolidação da participação das mulheres brasileiras no mundo produtivo caracterizou-se pela rígida divisão sexual do trabalho que atribui um tipo de trabalho para cada gênero, onde as mulheres se concentram em um conjunto reduzido de ocupações estabelecidas como tipicamente femininas, por serem consideradas extensões do lar, como trabalhadoras domésticas, professoras, enfermeiras, e assim por diante. Dessa forma, percebe-se na desigual divisão sexual do trabalho e na atribuição às mulheres do trabalho reprodutivo um peso importante na expressiva disparidade de gênero existente no Brasil.

1.3 A mulher amazonense no mercado de trabalho

As assimetrias observadas na trajetória da relação de trabalho entre homens e mulheres também foram reproduzidas na realidade amazônica. No século XIX, o trabalho do homem indígena era voltado para caça, confecção de canoas e derrubada de árvores altas no preparo da terra para o roçado, enquanto a mulher precisava se dedicar a todas as tarefas ligadas ao trabalho doméstico, incluindo o cuidado com os filhos (DA COSTA, 2000).

Assim como a maior parte das regiões com características tropicais do mundo, a história econômica da Amazônia brasileira foi por muitos séculos determinada por ciclos de prosperidade e de recessão econômica, sempre atrelada à exploração de recursos naturais (GOMES, 2018). Dessa forma, como bem aponta Moraes (2012), a economia amazonense seguiu conduzida pelos ciclos econômicos de exploração dos recursos extraídos da floresta, dinâmica que durou até a implantação da zona de livre comércio na década de 1960.

O decreto de criação da Zona Franca de Manaus (ZFM) foi publicado em 1957 com o objetivo de integrar economicamente a fronteira política brasileira, deste modo, a escolha de Manaus esteve associada a questões de geopolítica, visando executar a incorporação desta preciosa reserva de recursos naturais e sua biodiversidade ao Estado Brasileiro (CASTILHO; MELO; SABBATO, 2010).

A instauração da Zona Franca de Manaus não só contribuiu para as transformações na conjuntura econômica, demográfica e social do Amazonas, como também na forma como os amazonenses se relacionavam com o trabalho, sujeitando-os às normas de comportamentos semelhantes aos de trabalhadores de grandes economias, habituados com o rigoroso sistema de fábrica (DA COSTA OLIVEIRA, 2012). Por conseguinte, a ZFM como todas as áreas de produção fabril integradas ao mercado globalizado, impulsionou-se em grande parte pela inserção de mão de obra barata, especialmente de mulheres, em razão do escasso poder de barganha associado a pessoas do sexo feminino por seu papel socialmente subordinado, que resulta na aceitação dos piores acordos de trabalho assalariado (RODRIGUEZ, 2010).

Assim sendo, a incorporação das mulheres amazonenses no processo produtivo deu-se primordialmente, no setor eletroeletrônico, por serem consideradas mais produtivas que os trabalhadores do sexo masculino e também, por suprirem à demanda de grandes indústrias instaladas na ZFM, as quais no início necessitavam de mão de obra barata e desqualificada. De maneira que, a ZFM absorvia a massa da força de trabalho feminina, cujas integrantes eram vindas principalmente do interior do Amazonas (MORAIS, 2012).

A partir de dados censitários do IBGE, Cavalcante (2011) apresenta a composição da força de trabalho amazonense no recorte histórico de 1970 a 2000 revelando que, na década de 70, período marcado pelo processo de industrialização do Amazonas, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho era 12,97%, enquanto na população masculina, a mesma taxa representava uma proporção expressiva de 72,02%. No entanto, na década de 80, a taxa de participação das mulheres alcançou 22,80%, para em seguida, crescer a uma taxa de 28,03% em 1991 e nos anos 2000 situou-se em mais 40% de participação feminina na força de trabalho, fenômeno que acompanhou a diminuição da taxa de participação masculina. Assim, nota-se que a taxa de participação feminina conforme ressaltada pelo autor supracitado, mais que triplicou na força de trabalho amazonense durante o período analisado. Logo, a desigualdade entre homens e mulheres na força de trabalho entre 1970 e 2000, passou de 60 pontos percentuais para atingir cerca de 20 pontos.

Entre 1990 e 2007, a indústria de transformação perdeu em torno de 12 pontos percentuais na participação do PIB do Estado, tornando o setor de serviços responsável pelo maior peso no produto do Amazonas (CASTILHO; MELO; SABBATO, 2010). Em decorrência desse fato, desencadeou-se um aumento da demanda pela mão de obra feminina nas atividades ligadas ao setor de serviços, tendo em vista o histórico de permanência da população feminina amazonense em áreas de atividades econômicas ditas femininas (CAVALCANTI, 2011).

Ainda segundo Cavalcanti (2011), pode-se observar através de dados de grupamentos de atividade no trabalho principal, a predominância da participação das mulheres em setores considerados tipicamente femininos. Ainda que as mulheres amazonenses estejam envolvidas na indústria e no comércio local, tanto no início como no final da década de 2000, as mulheres se sobressaem nos serviços domésticos, de educação, de saúde e nos serviços sociais, além de destacarem-se também nas atividades de alojamento e alimentação, onde foi constatado um crescimento considerável da participação feminina nos serviços de hotelaria e restaurantes entre 2001 e 2009.

Diante disso, percebe-se que a inserção das mulheres no mercado de trabalho amazonense não é diferente do percurso feito pelas mulheres do restante do país no mundo produtivo, ou seja, com notável crescimento de sua participação na força de trabalho e vivenciando também, as disparidades de gênero contidas na segregação ocupacional por sexo. Características estas relacionadas a toda trajetória laboral feminina permitem de alguma forma, antecipar o impacto que a pandemia poderia ter na participação das mulheres na força de trabalho.

1.4 Os impactos da pandemia de COVID 19 sobre o mercado de trabalho brasileiro: uma visão geral

A pandemia causada pela COVID-19 provocou consequências para além dos danos ao sistema de saúde, das transformações na dinâmica econômica e da alteração na forma como a circulação das pessoas dava-se em todos os lugares, propiciou também, enormes mudanças no mundo do trabalho, por meio de diferentes maneiras pela qual a classe trabalhadora foi afetada. Uma grande parte da população ficou desempregada durante a pandemia, especialmente em segmentos que exigem a presença física tanto de trabalhadores quanto de clientes, como no caso do setor de serviços (BRIDI, 2020).

Segundo Mattei e Heinen (2020), os impactos da crise de COVID-19 na economia brasileira agravaram a deterioração já acentuada do quadro socioeconômico, posto que a economia do país não havia se recuperado da profunda recessão ocorrida de 2015 a 2017, expressando apenas fracos sinais de recuperação em 2018 e 2019. Os autores ressaltam que a segunda metade do século XXI apresentou os piores índices de desemprego da história do Brasil, de tal modo que a crise que atingiu o país ao final de 2014, superou até mesmo a rápida ascensão do desemprego observada na década de 1990. A taxa de desocupação, que estava ao redor de 7% no início de 2014, atingiu seu ápice nos primeiros meses de 2017, ultrapassando a marca dos 13%, sendo este o período em que o número de desempregados no Brasil mais que dobrou, atingindo 13 milhões de pessoas.

À vista disso, observa-se que a degradação do mercado de trabalho brasileiro antecede a pandemia e piorou ainda mais com a chegada COVID-19. Nesse sentido, Bridi (2020) ao realizar uma comparação entre a composição da força de trabalho no Brasil em 2020 com o segundo trimestre de 2019, afirma que houve uma diminuição da força de trabalho em torno de 10 milhões de pessoas e o conseqüente crescimento da população fora do mercado de trabalho em pouco mais de 13 milhões de pessoas. Ainda, de acordo com a autora, durante o segundo trimestre de 2020, período caracterizado pela pandemia de COVID-19 e recomendação de distanciamento social, a taxa de desocupação foi a segunda maior da série, ficando em 13,3%, com uma variação de 1,1% em relação ao primeiro trimestre de 2020, e 1,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, ressaltando que essa taxa foi superada apenas pela de 13,7% relativa ao primeiro trimestre de 2017.

Costa, Barbosa e Hecksher (2021) apontam dois agravantes que impactaram o mercado de trabalho durante a pandemia do COVID -19. De um lado, observa-se restrições ao funcionamento de diversas atividades econômicas, o que atinge o consumo de modo adverso,

levando a forte redução da produção de bens e serviços, e conseqüentemente, da demanda por trabalho. Já do outro, encontram-se as medidas de distanciamento social, que em conjunto com o medo das pessoas de irem às ruas e contraírem a COVID-19, provocam a significativa retração da oferta de trabalho. Contudo, os autores assinalam a divergência do impacto da crise em cada grupo de trabalhadores, destacando que as desigualdades em termos de sexo, raça/cor e idade nas taxas de participação, desemprego, ocupação e informalidade não apresentaram diminuição durante a crise e tais grupos mais vulneráveis expressaram os indicadores preocupantes nesse cenário.

Tendo em vista que as mulheres historicamente ocupam posições mais vulneráveis no mercado de trabalho, DIEESE (2022) ressalta que a pandemia de COVID-19 atingiu duramente a parcela feminina da sociedade. Por meio dos resultados da comparação entre o volume da força de trabalho feminina antes da pandemia (terceiro trimestre de 2019) e durante crise sanitária (terceiro trimestre de 2021), o estudo revelou uma redução de 1.106 mil mulheres na força de trabalho, passando de 47.504 mil em 2019 para 46.398 mil em 2021, indicando que uma proporção significativa de trabalhadoras saiu do mercado de trabalho durante a pandemia e ainda não havia retornado em 2021.

A respeito do contingente de mulheres fora da força de trabalho, ou seja, de mulheres que não buscaram ocupação ou não estavam trabalhando, no período de 2019 a 2021, o estudo também apontou, que houve um crescimento em 2.842 mil, dessas mulheres (de 39.553 mil para 42.395 mil), sugerindo que uma parcela expressiva delas que antes trabalhavam passou a não acreditar na possibilidade de conseguir uma nova colocação.

O mesmo estudo, DIEESE (2022), analisou o contingente de ocupadas e desocupadas, e concluiu que no primeiro grupo havia 1.670 mil mulheres a menos trabalhando, trabalhadoras que perderam seus empregos na pandemia e não conseguiram uma nova vaga. Para o segundo grupo, formado por mulheres que buscaram uma colocação no mercado de trabalho em 2021, verificou-se um aumento em relação a 2019, dado que 564 mil mulheres a mais procuraram uma ocupação.

Os estudos analisados ressaltam, portanto, que os indicadores relacionados ao mercado de trabalho apresentaram um aprofundamento da desvantagem enfrentada pelas mulheres brasileiras neste âmbito, relevando a intensificação da vulnerabilidade pela qual as mulheres ficam expostas durante os períodos de crise.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos adotados para análise da participação da mulher amazonense no mercado de trabalho, esta pesquisa classifica-se como descritiva quanto aos objetivos. Isso ocorre porque ela apresenta as características do trabalho feminino no período pré-pandemia de COVID-19, permitindo uma compreensão ampla das tendências e padrões do mercado de trabalho no Amazonas. Além disso, a pesquisa também analisa os impactos da pandemia de COVID-19 na participação das mulheres no mercado de trabalho amazonense, observando os efeitos negativos atrelados ao mercado de trabalho feminino em tempos de crise.

Assim, o recorte temporal desta pesquisa abrange o terceiro trimestre de 2012 a 2021. A escolha desse trimestre se deve à plena crise sanitária de COVID-19 que marcou o terceiro trimestre de 2020.

Em relação aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica centrada na produção acadêmica acerca dos aspectos teóricos do mercado de trabalho, história da mulher no mundo produtivo, evolução da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro e amazonense, contendo também uma visão geral dos efeitos da pandemia de COVID-19 no Brasil.

Em termos de evidências empíricas, a pesquisa aqui apresentada utilizou dados secundários sobre gênero, idade, raça, escolaridade, trabalho e rendimento. Essas variáveis foram obtidas a partir dos microdados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

A PNAD Contínua tem como objetivo monitorar as variações trimestrais e a evolução da força de trabalho por meio de indicadores, abrangendo o curto, médio e no longo prazo. Ademais, busca-se obter outras informações relevantes para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país (IBGE, 2023).

Nesta pesquisa, empregamos um conjunto de indicadores referentes ao mercado de trabalho, portanto, faz-se necessário apresentar o Quadro 1 e Quadro 2 com conceitos importantes para a compreensão dos resultados.

Quadro 1 – Definições conceituais de indicadores de trabalho (continua)

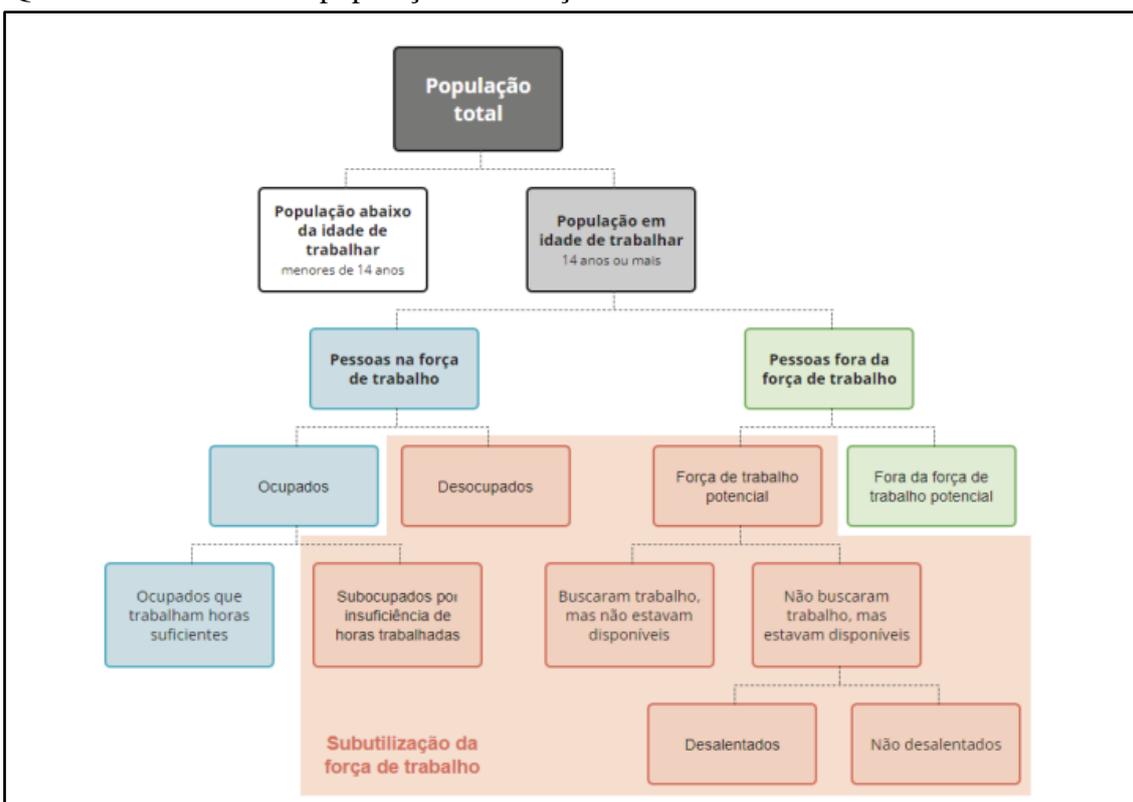
Indicadores	Definições
Pessoas em idade de trabalhar	Pessoas de 14 anos ou mais de idade na data de referência
Condição de ocupação	As pessoas em idade de trabalhar são classificadas, quanto à condição de ocupação na semana de referência, em ocupadas e desocupadas.
Pessoas ocupadas	São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.), ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou, ainda, as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana.
Pessoas desocupadas	São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho em ocupação nessa semana que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias, e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho em ocupação na semana de referência que não tomaram providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias porque já o haviam conseguido e iriam começá-lo em menos de quatro meses após o último dia da semana de referência.
Condição em relação à força de trabalho	As pessoas são classificadas, quanto à condição em relação à força de trabalho na semana de referência, como na força de trabalho e fora da força de trabalho.
Pessoas na força de trabalho	As pessoas na força de trabalho na semana de referência compreendem as pessoas ocupadas e as pessoas desocupadas nesse período.
Pessoas fora da força de trabalho	São classificadas como fora da força de trabalho na semana de referência as pessoas que não estavam ocupadas nem desocupadas nessa semana.
Força de trabalho potencial	Pessoas que não estão na força de trabalho, mas possuem um potencial para serem integradas a esta força, formam a força de trabalho potencial.
Fora da força de trabalho potencial	Dentre as pessoas que estão fora da força de trabalho, estão as donas de casa que não trabalham fora, adolescentes em idade escolar, aposentados e outras pessoas que não têm interesse ou condições de trabalhar. Sendo assim, estas pessoas estão fora da força de trabalho potencial.
Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas	Os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas são trabalhadores que têm jornada de trabalho inferior a 40 horas semanais, mas gostariam de trabalhar mais horas e estão disponíveis para trabalhar.
Desalentados	Os desalentados são pessoas que gostariam de trabalhar e estariam disponíveis, porém não procuraram trabalho por acharem que não encontrariam.
Subutilização da força de trabalho	A subutilização da força de trabalho, que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) recomenda desde 2013 que seja medida pelos órgãos oficiais de estatística, engloba os desocupados, aqueles na força de trabalho potencial e os subocupados por insuficiência de horas.
Taxa de participação da força de trabalho	Percentual de pessoas na força de trabalho em relação às pessoas em idade de trabalhar: $\left[\frac{\text{Força de trabalho}}{\text{pessoas em idade de trabalhar}} \right] \times 100$
Nível da ocupação	Percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar: $\left[\frac{\text{Ocupados}}{\text{pessoas em idade de trabalhar}} \right] \times 100$
Taxa de desocupação	Percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho: $\left[\frac{\text{Desocupados}}{\text{força de trabalho}} \right] \times 100$

Quadro 1 – Definições conceituais de indicadores de trabalho (conclusão)

Indicadores	Definições
Taxa composta de subutilização da força de trabalho	Percentual que a subutilização representada dentro da força de trabalho: Numerador (Subocupados por insuficiência de horas + desocupados + força de trabalho potencial) Denominador (Força de Trabalho ampliada)
Rendimento médio real efetivo das pessoas ocupadas em todos os trabalhos	Rendimento mensal efetivo de todos os trabalhos para pessoas de 14 anos ou mais de idade (apenas para pessoas que receberam em dinheiro, produtos ou mercadorias em qualquer trabalho)
Empregado	Pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas, etc.).
Trabalhador doméstico	Pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado, em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares.
Conta própria	Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado.
Empregador	Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com, pelo menos, um empregado.
Trabalhador familiar auxiliar	Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar.

Fonte: IBGE (2023).

Quadro 2 – Divisões da população e da força de trabalho



Fonte: IBGE (2023).

3 ANÁLISE DE RESULTADOS

Nesta seção analisa-se o mercado de trabalho amazonense segundo o gênero, a partir dos dados disponíveis da PNAD Contínua, com referência ao período de 2012 a 2021. Destaca-se, a evolução da inserção feminina no mercado de trabalho e os impactos da pandemia de COVID-19 sobre os indicadores das mulheres na atividade produtiva.

3.1 Análise da participação das mulheres de 2012 à pandemia de COVID-19

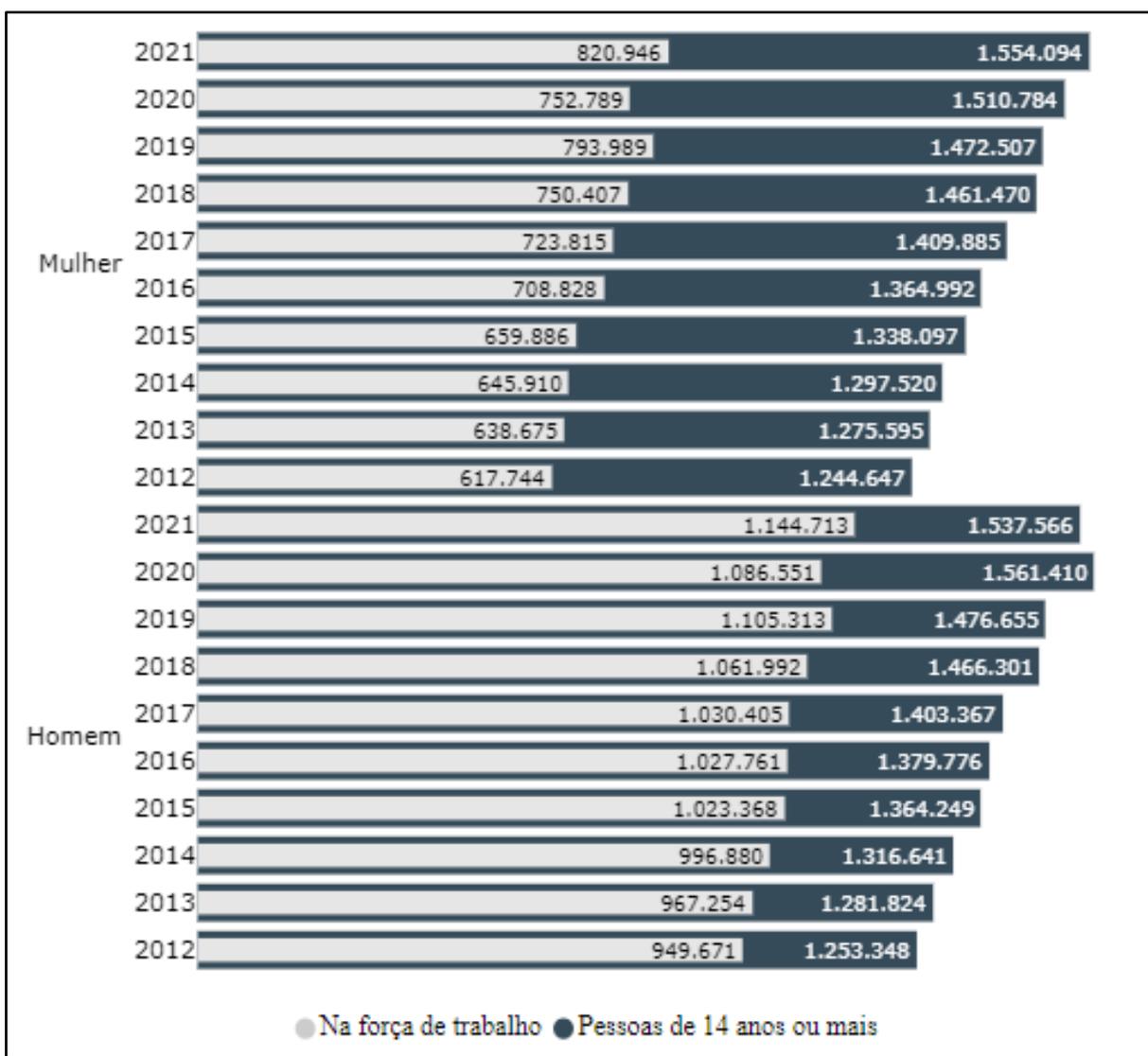
No Amazonas, a população feminina em idade ativa e a sua parcela da população presente na força de trabalho cresceram ao longo dos anos, mas as mulheres permaneceram sendo minoria na força de trabalho.

O Gráfico 1 revela que no 3º trimestre de 2012, a população de mulheres com 14 anos ou mais de idade era de 1,24 milhões, dos quais 617,74 mil estavam na força de trabalho. Em contraste, havia 1,25 milhões de homens na população em idade ativa, com 949,67 mil na força de trabalho, representando um contingente de homens 53,7% maior em comparação com as mulheres participantes da força de trabalho. No 3º trimestre de 2019, a população de mulheres em idade ativa foi estimada em 1,47 milhões, com 793,99 mil na força de trabalho. Ao passo que para os homens a composição foi de 1,48 milhões em idade ativa, com 1,11 milhões na força de trabalho, sendo 39,2% maior do que o contingente de mulheres na força de trabalho.

No 3º trimestre de 2020, nota-se uma redução da presença de mulheres na força de trabalho, que foi estimada em 752,79 mil, 5,18% menor do que os dados apresentados no mesmo trimestre do ano anterior. Entre os homens a diminuição na força de trabalho foi de apenas 1,69%, com uma força de trabalho de 1,09 milhões, cerca de 44,3% maior do que o encontrado para as mulheres.

Os resultados do 3º trimestre de 2021 indicam uma recuperação da força de trabalho. A força de trabalho feminina cresceu 9,1% e a masculina 2,6% em relação ao 3º trimestre de 2020. Contudo, o contingente de homens na força de trabalho continuou superior, sendo 39,4% maior do que o das mulheres nesse período.

Gráfico 1 – Composição de pessoas de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho, por gênero - Amazonas - 3º trimestre de 2012-2021



Fonte: Elaboração própria. Fonte dos dados: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

A taxa de participação na força de trabalho, obtida pela razão entre a população economicamente ativa e a população em idade de trabalhar, é um importante indicador do mercado de trabalho. Para as mulheres, a referida taxa cresceu no decorrer do período analisado, ainda que a taxa de participação masculina tenha permanecido superior.

O Gráfico 2 mostra que a taxa de participação das mulheres aumentou de 49,6% no 3º trimestre de 2012, para 53,9% no 3º trimestre de 2019. A taxa de participação masculina, embora tenha sido bem mais alta do que a das mulheres, sofreu uma diminuição ao longo dos anos, uma vez que no 3º trimestre de 2012, a taxa de participação dos homens era de 75,8% e passou a ser de 74,9% no 3º trimestre de 2019.

No 3º trimestre de 2020, ambos os gêneros apresentaram diminuição em suas taxas, homens expressaram uma taxa de 69,6% e mulheres 49,8%. Entretanto, no 3º trimestre de 2021 as taxas foram de 74,4% para os homens e 52,8% para as mulheres.

Gráfico 2 – Taxa de participação por gênero - Amazonas - 3º trimestre de 2012-2021



Fonte: Elaboração própria. Fonte dos dados: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

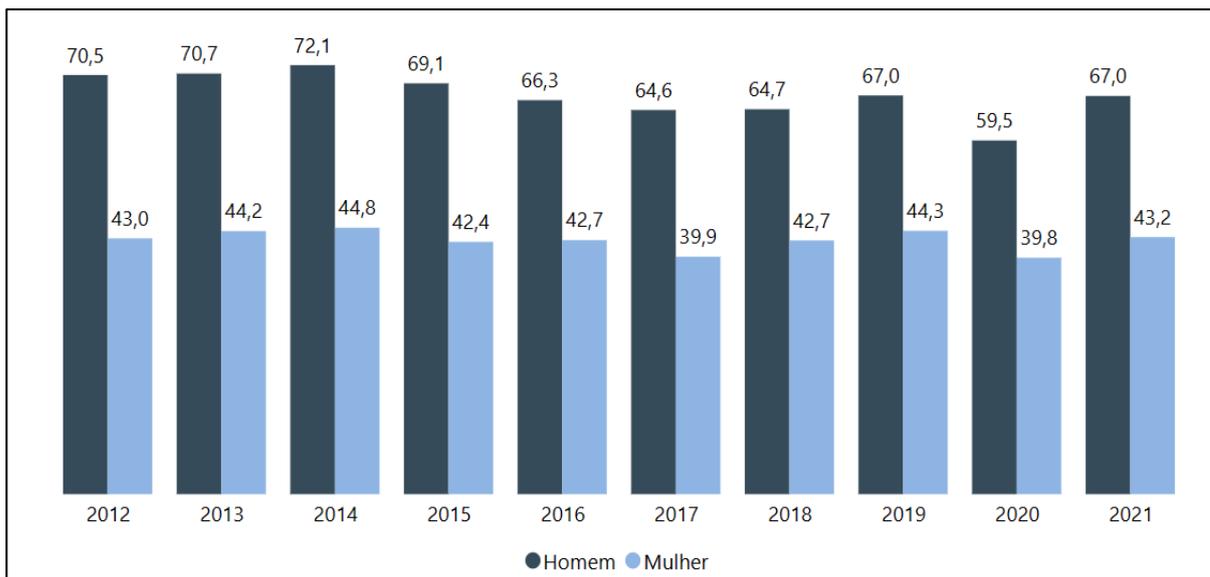
Diferente da taxa de participação que considera a população na força de trabalho para o cálculo, ou seja, pessoas ocupadas e desocupadas, o nível de ocupação refere-se à razão entre o contingente de pessoas ocupadas pelo total de pessoas em idade de trabalhar.

No Gráfico 3, nota-se que o nível de ocupação masculino esteve maior do que o nível ocupacional das mulheres ao longo dos trimestres. No 3º trimestre de 2012, o nível de ocupação foi de 70,5 para os homens e 43,0 para as mulheres. Enquanto no 3º trimestre de 2019, esse nível foi de 67,0 para os homens e 44,3 para as mulheres.

No 3º trimestre de 2020, percebe-se uma diminuição do nível de ocupação tanto para os homens quanto para as mulheres, que passaram a ter níveis de 59,5% e 39,8%, respectivamente.

No entanto, os resultados do 3º trimestre de 2021 mostram uma melhora nos níveis de ocupação, com os homens apresentando um nível de 67,0 e as mulheres de 43,2.

Gráfico 3 – Nível de ocupação por gênero - Amazonas - 3º trimestre de 2012-2021



Fonte: Elaboração própria. Fonte dos dados: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

A taxa de desocupação refere-se à razão de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho.

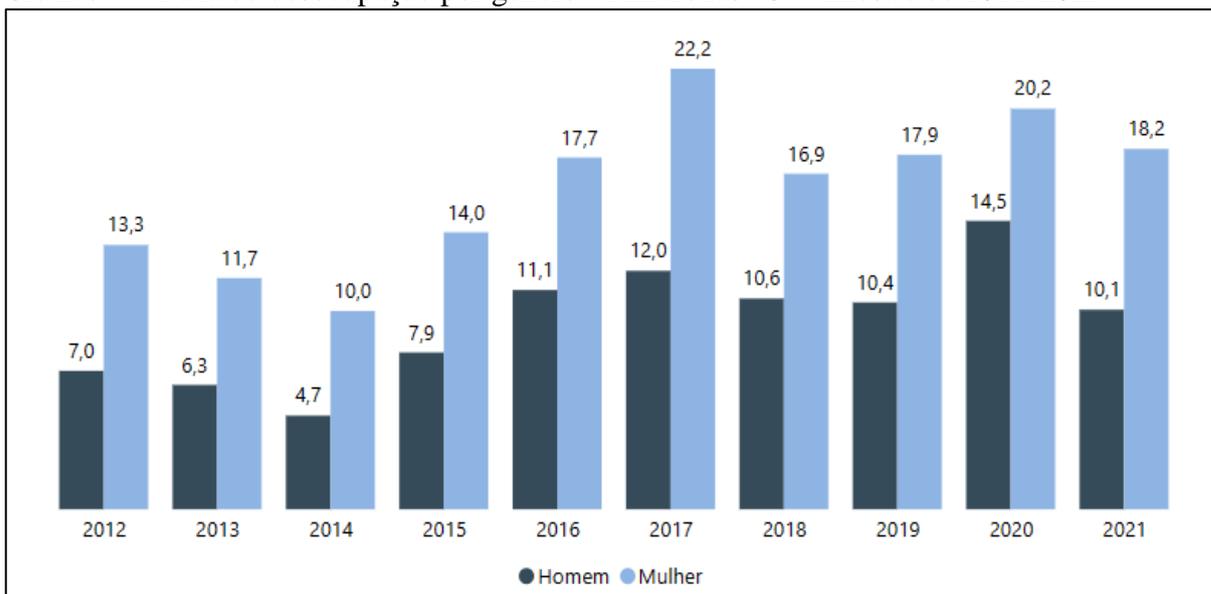
No Gráfico 4, observa-se que a taxa de desocupação feminina é superior à taxa masculina em todo o período analisado. Na comparação do 3º trimestre de 2012 com o 3º trimestre de 2019, nota-se um aumento das taxas de desocupação tanto para as mulheres quanto para os homens que passaram de 13,3% e 7,0% para 17,9% e 10,4%, respectivamente.

No 3º trimestre de 2020, houve um crescimento da desocupação para ambos os gêneros em relação ao mesmo período do ano anterior, de +2,3 pontos percentuais para as mulheres e de +4,1 p.p. para os homens, que ainda assim ficaram com uma taxa de desocupação menor no trimestre, de 14,5%, enquanto mulheres desocupadas representavam 20,2%.

No 3º trimestre de 2021, verifica-se uma queda nas taxas de desocupação, com taxas de 10,1% para os homens e 18,2% para as mulheres, sendo a taxa de desocupação feminina ainda superior à taxa de 2019, enquanto a taxa masculina já estava menor do que a encontrada no período pré pandemia.

É importante destacar que, embora a pandemia de COVID-19 tenha tido um impacto significativo no aumento da desocupação, especialmente entre as mulheres, percebe-se uma taxa de desocupação ainda mais alta durante o auge da crise econômica em 2017, atingindo uma taxa de 22,2% para as mulheres.

Gráfico 4 – Taxa de desocupação por gênero - Amazonas - 3º trimestre de 2012-2021



Fonte: Elaboração própria. Fonte dos dados: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

A taxa de desocupação não deve ser analisada de forma estrita por basear-se apenas na proporção da força de trabalho que se encontra desocupada. Assim, faz-se necessário verificar as estimativas de desocupação em conjunto com outros indicadores, como a taxa composta de subutilização da força de trabalho, que considera os subocupados, desocupados e força de trabalho potencial.

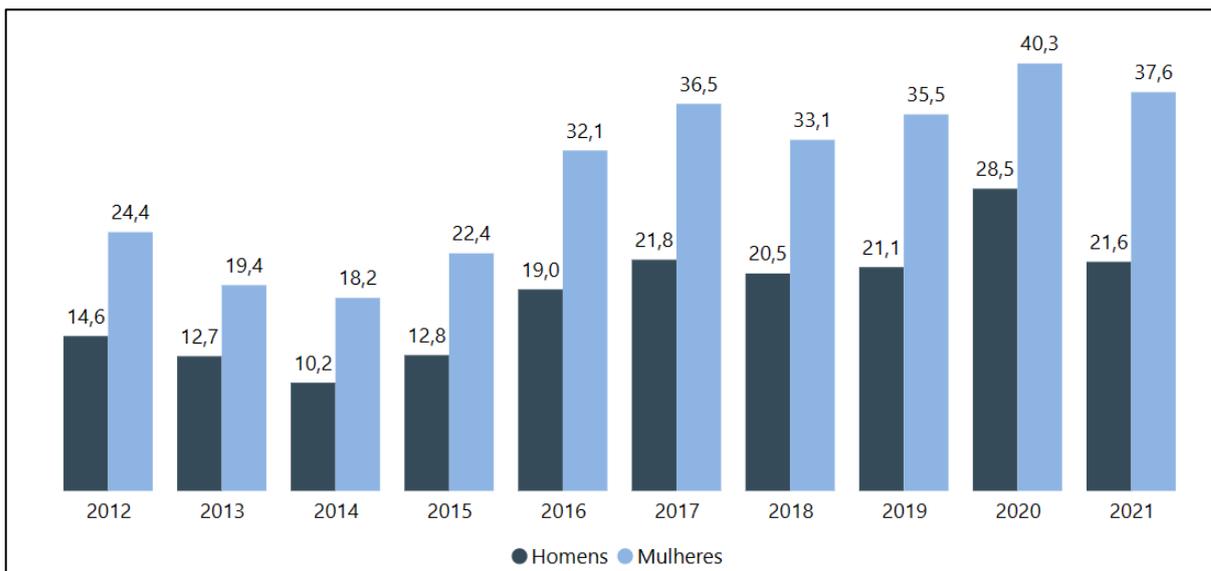
Ao observar as taxas de subutilização da força de trabalho, no Gráfico 5, verifica-se que as mulheres apresentaram as maiores taxas compostas de subutilização em todos os trimestres considerados.

No 3º trimestre de 2012, a taxa de subutilização feminina era de 24,4%, enquanto os homens representavam apenas 14,6%. Já no 3º trimestre de 2019, a taxa de subutilização das mulheres foi de 35,5%, com os homens expressando uma taxa de 21,1%.

No 3º trimestre de 2020, a taxa de subutilização feminina chegou em 40,3%, sendo 11,8 pontos percentuais superior à taxa de subutilização dos homens (28,5%).

Contudo, no mesmo trimestre do ano seguinte, a taxa de subutilização diminuiu, chegando a 37,6% para as mulheres e 21,6% para os homens.

Gráfico 5 – Taxa composta de subutilização da força de trabalho por gênero - Amazonas - 3º trimestre de 2012-2021



Fonte: Elaboração própria. Fonte dos dados: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

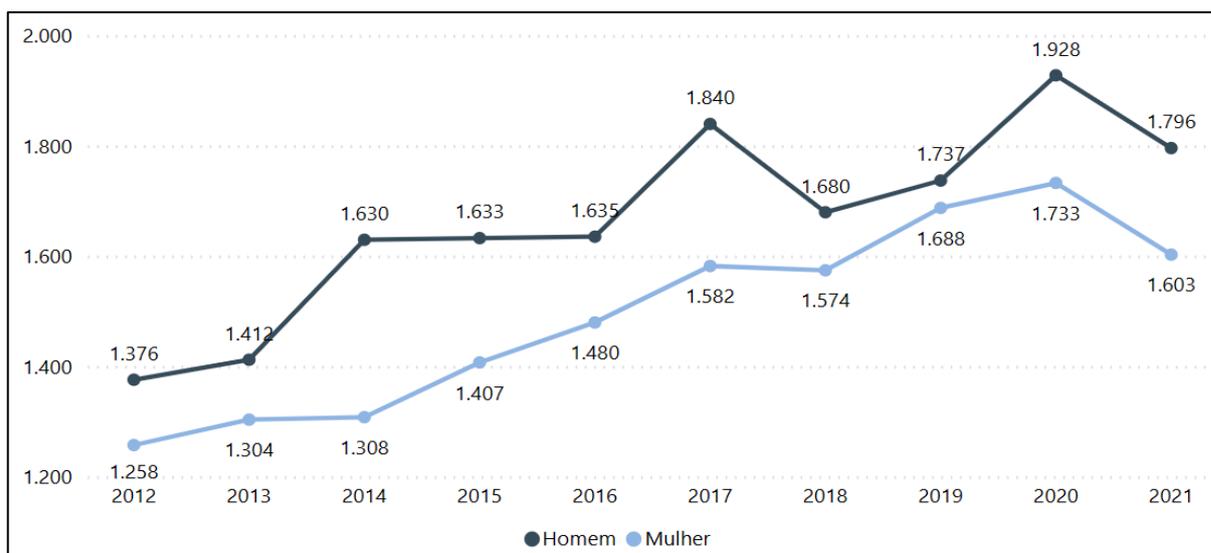
No Gráfico 6 apresenta-se o rendimento médio, efetivamente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, conforme os recortes de gênero. Os resultados apresentados evidenciam a desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres, com o rendimento médio masculino sendo superior à média de rendimento das mulheres em todos os trimestres selecionados.

No 3º trimestre de 2012, o rendimento médio das mulheres foi de R\$ 1.258, sendo 8,57% menor do que o rendimento médio dos homens (R\$ 1.376). Já no 3º trimestre de 2019, o rendimento médio das mulheres foi de R\$ 1.688, sendo 2,8% menor do que o rendimento médio dos homens (R\$ 1.737).

No 3º trimestre de 2020, ocorreu um aumento nos rendimentos de ambos os gêneros, homens passaram a receber R\$ 1.928, 10,11% a mais do que as mulheres e 11,0% a mais em relação ao mesmo período do ano anterior. Enquanto as mulheres receberam R\$ 1.733, apenas 2,7% a mais em relação ao mesmo período do ano anterior.

Entretanto, no 3º trimestre de 2021, verificou-se uma queda nos rendimentos médios e maior diferença entre os ganhos masculinos e femininos, as mulheres receberam R\$ 1.603, sendo 10,75% menor do que o rendimento médio dos homens (R\$ 1.796).

Gráfico 6 – Rendimento médio mensal efetivo de todos os trabalhos para pessoas de 14 anos ou mais de idade - Amazonas - 3º trimestre de 2012-2021 - (em R\$)



Fonte: Elaboração própria. Fonte dos dados: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

Na Tabela 1, observa-se o contingente de ocupados na força de trabalho por gênero, considerando a cor ou raça.

Entre os ocupados, é possível notar que a maior parte da população ocupada amazonense é composta por pardos. Contudo, a variação percentual do 3º trimestre de 2012 e 2021, destaca que o contingente de pessoas pretas ocupadas cresceu 189,7% para as mulheres e 156,1% para os homens.

No 3º trimestre de 2020, o impacto da pandemia foi maior entre as mulheres brancas e pretas, que apresentaram uma redução da população ocupada de 27% e 22,5%, respectivamente. Entre os homens, os mais afetados foram pretos (-36%), indígenas (-30,2%) e amarelos (-24,7%).

No 3º trimestre de 2021, a ocupação voltou a crescer para maior parte dos grupos de cor/raça, com exceção das mulheres e homens amarelos que tiveram uma variação negativa de 28% e 12,9%, respectivamente.

Tabela 1 – Ocupados por gênero, segundo cor ou raça - Amazonas - 3º Trimestre - 2012-2021

Categorias	Gênero	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Variação 2019/2020	2021	Variação 2020/2021	Variação 2012/2021
Amarela	Mulher	1.612	1.811	2.238	828	3.529	449	3.142	3.937	3.555	-9,7%	2.558	-28,0%	58,7%
	Homem	2.121	2.112	1.417	1.484	2.950	3.046	6.120	6.533	4.919	-24,7%	4.284	-12,9%	101,9%
Branca	Mulher	112.327	112.241	105.303	90.616	104.799	113.624	112.234	129.016	94.215	-27,0%	116.463	23,6%	3,7%
	Homem	145.091	136.533	137.828	132.655	149.583	148.296	144.884	143.393	136.111	-5,1%	147.843	8,6%	1,9%
Indígena	Mulher	9.017	6.814	5.043	8.038	12.683	7.782	11.920	9.538	9.040	-5,2%	11.907	31,7%	32,0%
	Homem	12.794	9.857	11.534	15.833	20.307	16.606	19.462	16.141	11.268	-30,2%	19.196	70,4%	50,0%
Parda	Mulher	403.442	426.720	460.642	461.667	447.284	428.374	479.598	490.711	479.320	-2,3%	514.709	7,4%	27,6%
	Homem	705.511	723.460	772.811	774.921	714.164	703.830	747.950	780.432	748.393	-4,1%	812.506	8,6%	15,2%
Preta	Mulher	9.030	16.647	8.105	6.591	14.839	12.824	16.574	18.883	14.627	-22,5%	26.158	78,8%	189,7%
	Homem	17.847	34.615	25.766	17.563	27.118	34.760	30.721	43.539	27.883	-36,0%	45.706	63,9%	156,1%
Total	Mulher	535.428	564.233	581.331	567.740	583.134	563.054	623.468	652.085	600.757	-7,9%	671.794	11,8%	25,5%
	Homem	883.365	906.578	949.355	942.457	914.122	906.538	949.138	990.037	928.574	-6,2%	1.029.536	10,9%	16,5%

Fonte: Elaboração própria. Fonte dos dados: Microdados da PNAD Contínua Trimestral - IBGE

A seguir, apresenta-se na Tabela 2 a distribuição de ocupados por gênero, segundo grupos de idade. Nota-se que a maior parte dos ocupados encontra-se na faixa etária de 25 a 39 anos e 40 a 59 anos.

Entretanto, a variação entre o 3º trimestre de 2012 e 2021, sugere um aumento da ocupação para pessoas de 60 anos ou mais em 86% para as mulheres e 44,7% para os homens.

A variação percentual do 3º trimestre de 2020 com o mesmo trimestre do ano anterior, indica que a faixa etária mais afetada foi a de 14 a 17 anos, que apresentou uma diminuição entre os ocupados de 19,3% para as mulheres e 39% para os homens.

No 3º trimestre de 2021, a ocupação diminuiu ainda mais para as mulheres de 14 a 17 anos, com uma variação de -30%, enquanto os homens desta mesma categoria de idade tiveram um crescimento de 13% no período.

Tabela 2 – Ocupados por gênero, segundo grupos de idade - Amazonas - 3º Trimestre - 2012-2021

Categorias	Gênero	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Variação 2019/2020	2021	Variação 2020/2021	Variação 2012/2021
14 a 17 anos	Mulher	16.240	13.436	16.342	13.228	12.977	10.526	15.576	16.023	12.933	-19,3%	9.051	-30,0%	-44,3%
	Homem	37.736	31.037	39.066	26.149	29.273	28.708	27.707	35.162	21.454	-39,0%	24.253	13,0%	-35,7%
18 a 24 anos	Mulher	81.084	89.319	82.272	78.060	79.605	71.062	81.683	88.479	77.834	-12,0%	96.130	23,5%	18,6%
	Homem	154.773	160.344	158.500	161.527	144.797	140.454	146.587	160.539	134.847	-16,0%	172.484	27,9%	11,4%
25 a 39 anos	Mulher	237.315	247.328	248.686	249.047	253.585	247.437	250.026	273.400	249.476	-8,8%	269.810	8,2%	13,7%
	Homem	368.775	374.861	393.358	396.294	380.378	373.215	368.913	390.071	379.021	-2,8%	396.155	4,5%	7,4%
40 a 59 anos	Mulher	182.104	187.474	210.851	202.152	216.596	204.163	237.895	244.080	234.950	-3,7%	262.050	11,5%	43,9%
	Homem	274.559	288.143	309.354	304.911	303.014	307.620	340.321	339.832	329.583	-3,0%	367.896	11,6%	34,0%
60 anos ou mais	Mulher	18.686	26.676	23.180	25.252	20.371	29.866	38.288	30.102	25.565	-15,1%	34.753	35,9%	86,0%
	Homem	47.522	52.193	49.506	53.577	56.660	56.541	65.610	64.433	63.669	-1,2%	68.749	8,0%	44,7%
Total	Mulher	535.428	564.233	581.331	567.740	583.134	563.054	623.468	652.085	600.757	-7,9%	671.794	11,8%	25,5%
	Homem	883.365	906.578	949.355	942.457	914.122	906.538	949.138	990.037	928.574	-6,2%	1.029.536	10,9%	16,5%

Fonte: Elaboração própria. Fonte dos dados: Microdados da PNAD Contínua Trimestral - IBGE

Quanto à escolaridade, na Tabela 3 é exposta a população ocupada por gênero, de acordo com os níveis de instrução. Assim, percebe-se que a categoria de ensino médio completo representa um contingente maior de ocupados no Amazonas.

Entre o 3º trimestre de 2012 e 2021, a variação percentual destaca o aumento de ocupados com ensino superior completo, que apresentaram um crescimento de 109,7% para as mulheres e 137,7% para os homens.

No 3º trimestre de 2020, percebe-se que mulheres com ensino fundamental incompleto ou equivalente foram as mais impactadas pela pandemia do COVID-19, apresentando uma redução na ocupação de 33,1% em relação ao 3º trimestre de 2019. Entre os homens, o grupo com ensino superior incompleto ou equivalente foi o mais afetado, com uma diminuição de 26,6% na ocupação em relação ao mesmo período do ano anterior.

No 3º trimestre de 2021, foi observado um aumento na ocupação para esses grupos mais afetados: 23,8% para as mulheres com ensino fundamental incompleto ou equivalente e 26,5% para os homens com ensino superior incompleto ou equivalente.

Tabela 3 – Ocupados por gênero, segundo níveis de instrução - Amazonas - 3º Trimestre - 2012-2021

Categorias	Gênero	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Variação 2019/2020	2021	Variação 2020/2021	Variação 2012/2021
Fundamental completo ou equivalente	Mulher	44.548	38.970	53.992	55.286	42.722	32.514	39.195	37.993	31.939	-15,9%	31.213	-2,3%	-29,9%
	Homem	89.264	84.961	92.421	101.984	77.132	62.925	65.190	70.044	59.331	-15,3%	72.988	23,0%	-18,2%
Fundamental incompleto ou equivalente	Mulher	138.894	133.289	132.031	116.414	119.651	113.910	127.595	132.454	88.553	-33,1%	109.601	23,8%	-21,1%
	Homem	309.294	313.462	301.560	284.055	270.323	265.642	272.329	275.580	240.412	-12,8%	242.251	0,8%	-21,7%
Médio completo ou equivalente	Mulher	192.223	218.719	208.864	198.447	219.559	206.725	221.469	224.711	242.242	7,8%	270.898	11,8%	40,9%
	Homem	273.576	287.574	323.271	319.266	323.156	313.499	329.288	339.136	342.096	0,9%	406.797	18,9%	48,7%
Médio incompleto ou equivalente	Mulher	31.847	34.864	35.466	32.798	32.899	30.247	41.062	39.303	31.797	-19,1%	37.975	19,4%	19,2%
	Homem	64.753	58.435	62.087	61.478	51.954	64.134	69.170	76.136	71.245	-6,4%	76.931	8,0%	18,8%
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	Mulher	19.667	18.095	22.102	20.291	20.200	19.186	19.599	10.163	10.510	3,4%	13.644	29,8%	-30,6%
	Homem	49.137	45.080	48.099	49.756	54.355	42.693	41.693	33.443	31.417	-6,1%	38.932	23,9%	-20,8%
Superior completo	Mulher	75.047	81.943	87.869	99.355	112.979	117.204	135.173	155.886	156.910	0,7%	157.394	0,3%	109,7%
	Homem	59.653	72.012	79.925	83.527	98.472	108.766	123.137	142.030	144.667	1,9%	141.800	-2,0%	137,7%
Superior incompleto ou equivalente	Mulher	33.202	38.353	41.007	45.148	35.125	43.267	39.375	51.575	38.806	-24,8%	51.069	31,6%	53,8%
	Homem	37.688	45.054	42.420	42.390	38.730	48.878	48.331	53.668	39.406	-26,6%	49.838	26,5%	32,2%
Total	Mulher	535.428	564.233	581.331	567.740	583.134	563.054	623.468	652.085	600.757	-7,9%	671.794	11,8%	25,5%
	Homem	883.365	906.578	949.355	942.457	914.122	906.538	949.138	990.037	928.574	-6,2%	1.029.536	10,9%	16,5%

Fonte: Elaboração própria. Fonte dos dados: Microdados da PNAD Contínua Trimestral - IBGE

Na Tabela 4, apresenta-se o contingente de desocupados na força de trabalho por gênero, considerando a cor ou raça.

Ao longo do período analisado, é possível notar o crescimento da população desocupada. A variação entre os terceiros trimestres de 2012 e 2021, mostra que com exceção das pessoas amarelas que não apresentaram dados no trimestre de 2012, todos os grupos de cor/raça expressaram um aumento na desocupação. O total indica um crescimento de 81,2% para as mulheres e 421,1% para os homens.

No 3º trimestre de 2020, as mulheres mais afetadas pela pandemia foram as amarelas e indígenas que apresentaram um aumento de 58,5% e 460,2% na desocupação em relação a 2019, respectivamente. Entre os homens, um impacto maior pode ser visto entre os desocupados pardos, que cresceram 43,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

No 3º trimestre de 2021, observa-se que a desocupação cresceu cerca de 64,7% para as mulheres amarelas e 55,5% para as mulheres indígenas, enquanto os homens pardos que também foram afetados pela crise no 3º trimestre de 2020, apresentaram uma redução de 26,3% entre os desocupados.

Tabela 4 – Desocupados por gênero, segundo cor ou raça - Amazonas - 3º Trimestre - 2012-2021

Categorias	Gênero	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Varição 2019/2020	2021	Varição 2020/2021	Varição 2012/2021
		Amarela	Mulher	...	577	437	199	267	...	689	332	526	58,5%	866
	Homem	789	833	...	1.578	...	127	...	479	276,8%	...
Branca	Mulher	18.530	14.005	12.121	14.710	18.985	24.844	18.314	25.079	22.329	-11,0%	27.011	21,0%	45,8%
	Homem	11.101	9.281	6.991	11.133	17.543	20.400	13.419	19.592	24.071	22,9%	14.309	-40,6%	28,9%
Indígena	Mulher	394	807	557	1.847	...	2.173	3.878	271	1.517	460,2%	2.358	55,5%	498,0%
	Homem	50	1.034	825	1.139	1.373	2.110	785	1.239	1.265	2,1%	1.431	13,1%	2753,4%
Parda	Mulher	62.710	56.878	49.650	74.072	103.513	130.085	98.225	111.482	123.927	11,2%	113.368	-8,5%	80,8%
	Homem	53.589	47.550	36.440	67.238	91.115	98.639	91.980	90.593	129.813	43,3%	95.615	-26,3%	78,4%
Preta	Mulher	681	2.175	1.813	1.320	2.928	3.659	5.834	4.740	3.734	-21,2%	5.548	48,6%	715,0%
	Homem	1.566	2.809	2.842	612	2.774	2.718	5.092	3.851	2.700	-29,9%	3.343	23,8%	113,5%
Total	Mulher	82.315	74.441	64.579	92.147	125.694	160.762	126.939	141.904	152.033	7,1%	149.152	-1,9%	81,2%
	Homem	22.102	20.225	15.699	26.971	37.880	41.289	37.618	38.425	52.659	37,0%	115.178	118,7%	421,1%

Fonte: Elaboração própria. Fonte dos dados: Microdados da PNAD Contínua Trimestral - IBGE.

Quanto aos desocupados por grupos de idade, na Tabela 5 verifica-se que a faixa etária de 18 a 24 anos e 25 a 39 anos apresentam os maiores contingentes de desocupação independente do gênero.

A variação entre o 3º trimestre de 2012 e 2021, exibe revela um aumento significativo na desocupação do grupo de 40 a 59 anos, com crescimento de 128,9% para as mulheres e 147,7% para os homens.

No 3º trimestre de 2020, os grupos de mulheres com 40 a 59 anos e 60 anos ou mais foram os mais afetados, com um crescimento de desocupadas em 48,1% e 65%, respectivamente. No que diz respeito aos homens, a variação dos desocupados com 40 a 59 anos foi de +116,3% e +89,5% para os homens desocupados de 60 anos ou mais.

No 3º trimestre de 2021, os resultados indicam uma redução na desocupação para todos os grupos etários afetados no trimestre anterior. A desocupação do grupo de 40 a 59 anos diminuiu 3,3% para as mulheres e 29,4% para os homens. Entre os desocupados de 60 anos ou mais, a diminuição foi de 59,7% para as mulheres e 64,4% para os homens.

Tabela 5 – Desocupados por gênero, segundo grupos de idade - Amazonas - 3º Trimestre - 2012-2021

Categorias	Gênero	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Varição 2019/2020	2021	Varição 2020/2021	Varição 2012/2021
		14 a 17 anos	Mulher	4.939	5.148	2.100	4.719	6.424	8.620	5.024	6.729	5.231	-22,3%	2.741
	Homem	6.131	7.872	4.294	5.984	10.719	9.824	2.643	6.966	3.973	-43,0%	6.241	57,1%	1,8%
18 a 24 anos	Mulher	26.184	25.918	22.255	42.520	41.071	51.664	40.928	52.342	48.048	-8,2%	43.397	-9,7%	65,7%
	Homem	26.305	26.070	19.201	30.857	48.049	43.281	44.460	47.126	56.118	19,1%	42.896	-23,6%	63,1%
25 a 39 anos	Mulher	36.692	33.556	29.216	32.991	55.623	68.891	55.637	58.920	63.220	7,3%	69.331	9,7%	89,0%
	Homem	23.288	19.953	16.039	32.308	35.995	48.815	39.755	42.698	58.585	37,2%	40.011	-31,7%	71,8%
40 a 59 anos	Mulher	14.500	9.283	10.632	10.957	21.661	30.699	24.813	23.183	34.330	48,1%	33.198	-3,3%	128,9%
	Homem	9.807	6.166	7.159	11.546	16.694	21.128	23.234	15.911	34.421	116,3%	24.291	-29,4%	147,7%
60 anos ou mais	Mulher	...	537	376	960	915	888	538	729	1.203	65,0%	485	-59,7%	...
	Homem	775	613	404	216	2.182	818	2.762	2.574	4.878	89,5%	1.739	-64,4%	124,3%
Total	Mulher	82.315	74.441	64.579	92.147	125.694	160.762	126.939	141.904	152.033	7,1%	149.152	-1,9%	81,2%
	Homem	22.102	20.225	15.699	26.971	37.880	41.289	37.618	38.425	52.659	37,0%	115.178	118,7%	421,1%

Fonte: Elaboração própria. Fonte dos dados: Microdados da PNAD Contínua Trimestral - IBGE.

Em relação à escolaridade, na Tabela 6 apresenta-se o contingente de desocupados por gênero, segundo níveis de instrução.

Nota-se que entre o 3º trimestre de 2012 e 2021, a desocupação de pessoas com ensino superior completo expressou um crescimento de 364,3% para as mulheres e 684,6% para os homens.

No 3º trimestre de 2020, o grupo de mulheres com ensino superior completo foi o mais impactado, com um aumento de 74,6% na desocupação. Entre os homens, o grupo mais afetado foi o de desocupados com ensino fundamental completo ou equivalente que tiveram um aumento de 111,7% na desocupação em relação ao mesmo período do ano anterior.

Para o 3º trimestre de 2021, observou-se que as mulheres desocupadas com ensino superior completo apresentaram uma redução de 11,4% e os homens com ensino fundamental completo ou equivalente diminuíram em 27,7%.

Tabela 6 – Desocupados por gênero, segundo níveis de instrução - Amazonas - 3º Trimestre - 2012-2021

Categorias	Gênero	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Variação 2019/2020	2021	Variação 2020/2021	Variação 2012/2021
		Fundamental completo ou equivalente	Mulher	6.240	4.171	7.114	7.244	12.930	14.235	10.132	7.106	9.009	26,8%	9.399
	Homem	7.227	7.753	5.348	10.840	15.771	11.833	10.217	7.910	16.744	111,7%	12.105	-27,7%	67,5%
Fundamental incompleto ou equivalente	Mulher	13.723	11.207	8.990	12.802	17.941	25.526	19.265	20.647	17.578	-14,9%	17.120	-2,6%	24,8%
	Homem	18.189	18.419	12.707	16.032	22.269	21.325	21.995	20.115	26.412	31,3%	16.260	-38,4%	-10,6%
Médio completo ou equivalente	Mulher	42.042	37.266	30.587	45.843	55.542	77.326	55.855	70.056	70.705	0,9%	78.160	10,5%	85,9%
	Homem	26.952	18.146	18.783	32.695	41.689	53.753	51.020	48.545	71.823	48,0%	53.110	-26,1%	97,1%
Médio incompleto ou equivalente	Mulher	9.350	9.092	7.251	9.902	12.643	14.598	12.097	16.931	16.681	-1,5%	14.218	-14,8%	52,1%
	Homem	9.917	9.526	5.632	8.730	18.732	17.669	10.835	16.878	17.801	5,5%	15.520	-12,8%	56,5%
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	Mulher	599	986	1.182	1.115	1.227	532	1.677	1.374	238	-82,6%
	Homem	264	486	864	3.119	2.167	2.978	1.489	900	1.019	13,1%	1.091	7,2%	313,5%
Superior completo	Mulher	4.582	6.420	5.732	7.421	12.958	17.738	16.921	13.755	24.013	74,6%	21.275	-11,4%	364,3%
	Homem	1.424	2.428	2.464	3.302	5.129	5.739	6.853	10.184	14.746	44,8%	11.171	-24,2%	684,6%
Superior incompleto ou equivalente	Mulher	5.780	5.299	3.724	7.819	12.454	10.807	10.992	12.036	13.810	14,7%	8.978	-35,0%	55,3%
	Homem	2.334	3.918	1.299	6.194	7.882	10.569	10.445	10.744	9.431	-12,2%	5.921	-37,2%	153,7%
Total	Mulher	82.315	74.441	64.579	92.147	125.694	160.762	126.939	141.904	152.033	7,1%	149.152	-1,9%	81,2%
	Homem	22.102	20.225	15.699	26.971	37.880	41.289	37.618	38.425	52.659	37,0%	115.178	118,7%	421,1%

Fonte: Elaboração própria. Fonte dos dados: Microdados da PNAD Contínua Trimestral - IBGE.

O Gráfico 7 apresenta os dados de pessoas por posição na ocupação, segundo o gênero, no período de 2012 a 2021. Os resultados indicam que a inserção no mercado de trabalho ocorre principalmente nas posições por conta-própria e empregados no setor privado com carteira de trabalho assinada para ambos os gêneros.

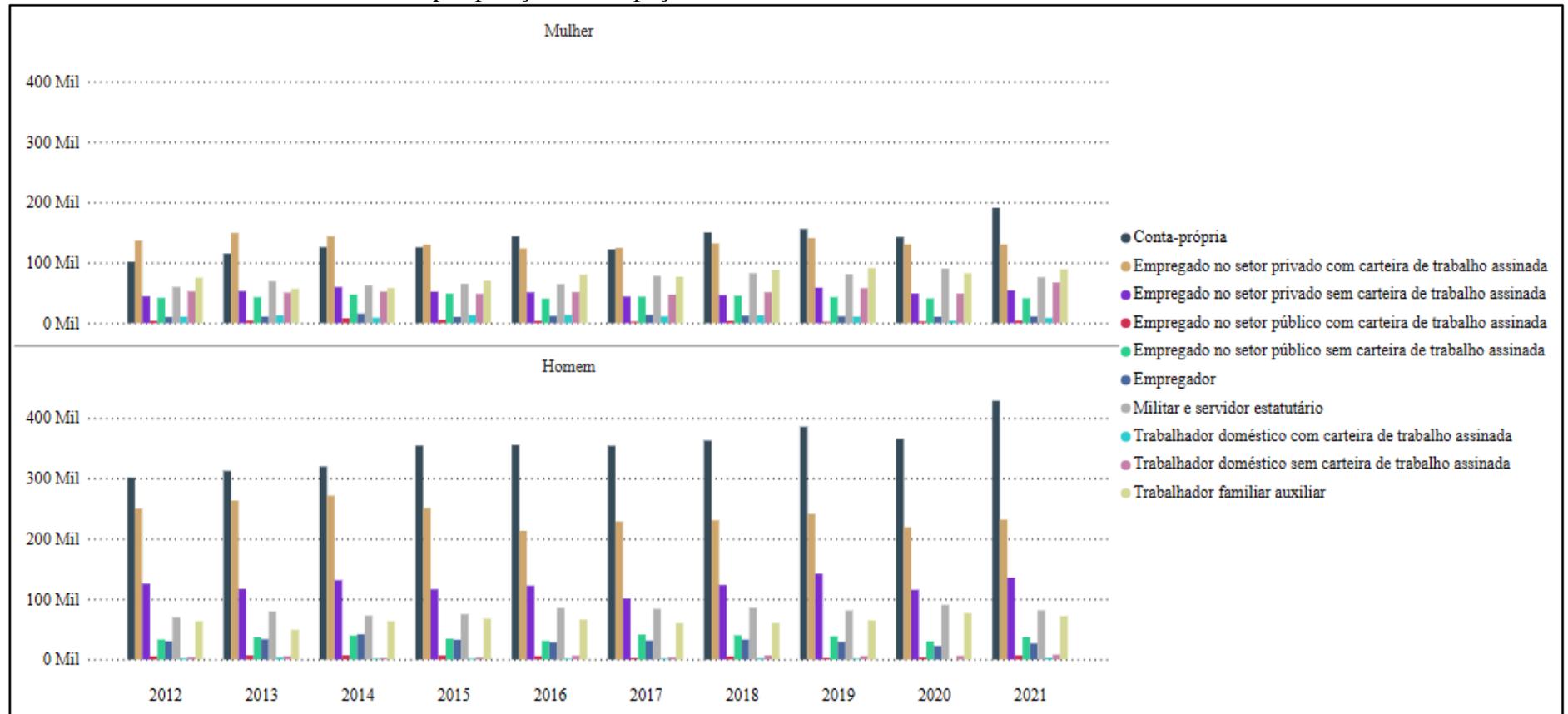
Entretanto, pode-se observar a disparidade no contingente de homens e mulheres nos postos de trabalho. No 3º trimestre de 2012 os ocupados por conta própria eram formados por 101,40 mil mulheres e 300,80 mil homens, ao passo em que os empregados no setor privado com carteira de trabalho assinada eram compostos por 136,41 mil mulheres e 250,03 mil homens. No 3º trimestre de 2021, essa diferença ainda persistia, uma vez que ocupados por conta própria eram formados por 190,87 mil mulheres e 428,58 mil homens, enquanto os empregados no setor privado com carteira de trabalho assinada eram compostos por 130,02 mil mulheres e 231,66 mil homens.

No 3º trimestre de 2020, as estimativas apresentaram efeitos maiores para mulheres trabalhadoras domésticas com carteira de trabalho assinada, que expressam uma queda de 63,9%, enquanto as trabalhadoras domésticas sem carteira de trabalho assinada tiveram uma redução de apenas 15,1%. Além disso, as empregadas no setor privado sem carteira de trabalho assinada registram uma queda de 16,3%.

Entre os homens, os grupos mais afetados foram os de empregadores, empregados no setor público sem carteira de trabalho assinada e empregados no setor privado sem carteira assinada, com uma queda de 23,6%, 21,3% e -18,6%, respectivamente.

No 3º trimestre de 2021, a situação melhorou, as mulheres trabalhadoras domésticas com carteira de trabalho assinada aumentaram em 124,3%, as empregadas no setor privado sem carteira de trabalho assinada em 10,3% e as trabalhadoras domésticas sem carteira de trabalho assinada em 34,2%. Os homens apresentaram um crescimento de 19,6% para os empregadores, de 22,7% para os empregados no setor público sem carteira de trabalho assinada e de 17,4% para os empregados no setor privado sem carteira assinada.

Gráfico 7 – Pessoas de 14 anos ou mais por posição na ocupação - Amazonas - 3º Trimestre - 2012-2021



Fonte: Elaboração própria. Fonte dos dados: Microdados da PNAD Contínua Trimestral - IBGE.

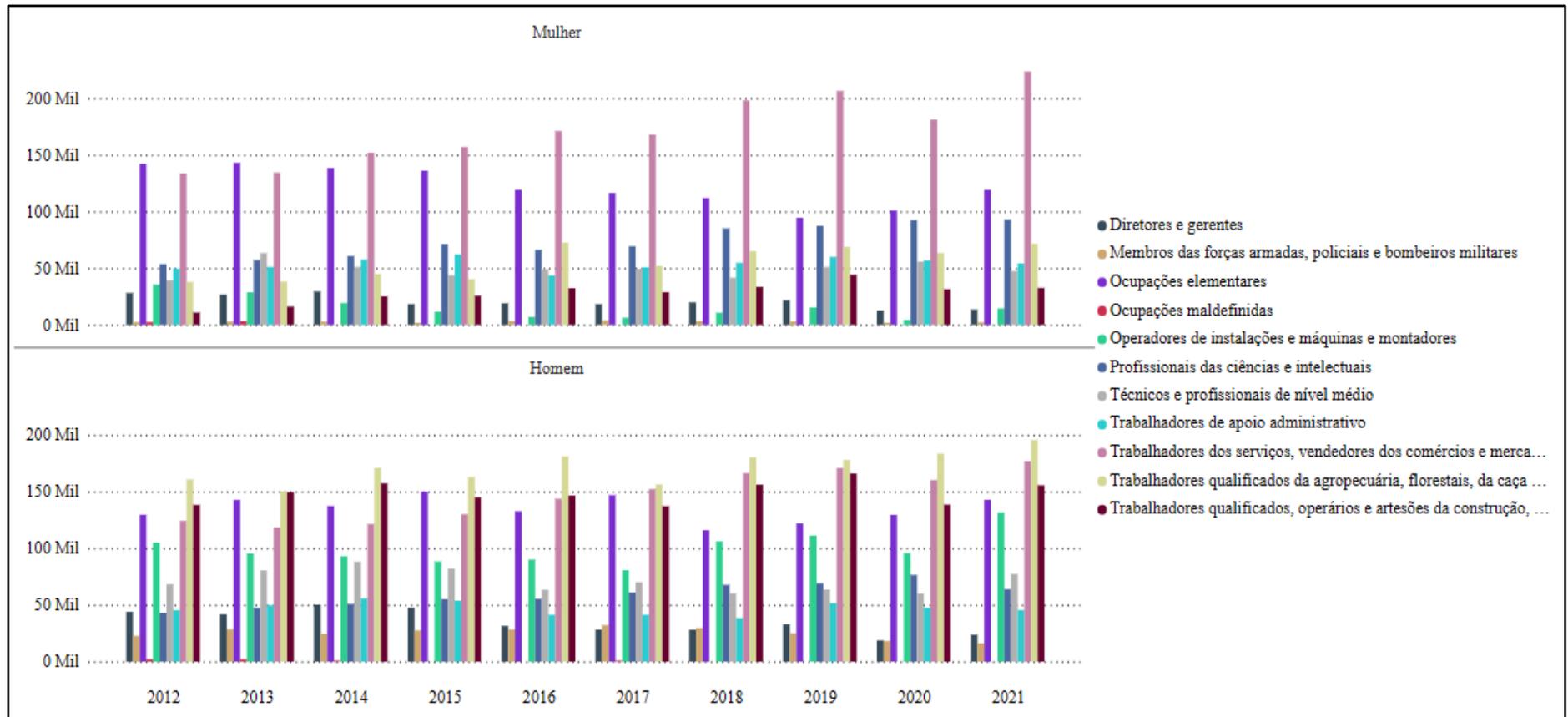
O Gráfico 8 refere-se às atividades desempenhadas por gênero no Amazonas. Os resultados mostram que a ocupação feminina é preponderantemente ligada às ocupações elementares e de trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados, remetendo ao histórico de participação das mulheres em atividades consideradas tipicamente femininas.

Entre os homens, a maior parte dos ocupados encontra-se nas categorias de trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca, e trabalhadores qualificados, operários e artesões da construção, das artes mecânicas e outros ofícios, além de trabalhadores dos serviços.

Para as mulheres, o impacto da pandemia foi maior justamente no grupo de trabalhadores dos serviços, com uma forte queda, passando de 206,41 mil no 3º trimestre de 2019 para 181,08 mil no 3º trimestre de 2020. Para os homens, as ocupações mais afetadas foram as de trabalhadores dos serviços e trabalhadores qualificados, operários e artesões da construção, das artes mecânicas e outros ofícios que passaram de 170,76 mil e 166 mil no 3º trimestre de 2019 para 160,25 mil e 138,51 mil no 3º trimestre de 2020, respectivamente.

No 3º trimestre de 2021, houve um aumento de 23,4% para as mulheres trabalhadoras dos serviços, que atingiram o contingente de 223,53 mil. A ocupação dos homens trabalhadores dos serviços aumentou em 10,5% e para os homens trabalhadores qualificados, operários e artesões da construção, das artes mecânicas e outros ofícios esse aumento foi de 12,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Gráfico 8 – Pessoas de 14 anos ou mais por grupamentos ocupacionais - Amazonas - 3º Trimestre - 2012-2021



Fonte: Elaboração própria. Fonte dos dados: Microdados da PNAD Contínua Trimestral - IBGE.

Na Tabela 7, podemos observar a comparação dos rendimentos médios efetivos por gênero, levando em consideração os diferentes grupos ocupacionais. Durante o período analisado, fica claro que há uma disparidade nos rendimentos entre homens e mulheres, pois, na maioria dos grupos de ocupação, os homens ganham mais do que as mulheres.

Destaca-se que apesar da participação considerável das mulheres amazonenses no setor de serviços, o rendimento médio masculino nas ocupações ligadas ao serviço e comércio é mais elevado. A diferença nos rendimentos no 3º trimestre de 2012, indica que os homens recebiam 23,9% a mais do que as mulheres no mesmo grupo ocupacional. A distância entre os rendimentos cresceu ao longo do período analisado e no 3º trimestre de 2019 essa diferença era de 38%. Contudo a diferença passou a ser de 36,8% no 3º trimestre de 2020 e 34,9% no 3º trimestre de 2021.

Somente as mulheres que ocuparam cargos nas forças armadas, polícia e bombeiros obtiveram rendimentos superiores aos dos homens em todos os trimestres verificados. No 3º trimestre de 2012, os homens receberam cerca de 26,4% a menos do que as mulheres. No 3º trimestre de 2019 a diferença constatada já era bem menor, de 2,1%. Entretanto, no 3º trimestre de 2020 e 2021, as diferenças passaram a ser de 24,9% e 19,1%, respectivamente.

Em contrapartida, além do grupo de trabalhadores de serviço, no 3º trimestre de 2021 as maiores desigualdades de rendimentos encontram-se em categorias como técnicos e profissionais de nível médio, diretores e gerentes, e profissionais das ciências e intelectuais. Para os técnicos e profissionais de nível médio, os dados mostram que no 3º trimestre de 2012, a diferença entre os rendimentos era de 8,1%, enquanto no 3º trimestre de 2019 os homens receberam apenas 0,4% a mais do que as mulheres nesta categoria. Todavia, no 3º trimestre de 2020, a diferença dos rendimentos atingiu 23,2% e continuou crescendo, visto que no 3º trimestre de 2021, chegou a 30%.

No grupo de diretores e gerentes, os homens receberam 30,6% a mais do que as mulheres no 3º trimestre de 2012. No 3º trimestre de 2019, essa diferença havia diminuído para 14,7%, porém, no 3º trimestre de 2020 e 2021, passou a ser de 21,5% e 26,6%, respectivamente.

Para os profissionais das ciências e intelectuais, o rendimento médio masculino era 23% maior do que o das mulheres em 2012. No 3º trimestre de 2019, essa diferença já era de 26,6%, e continuou crescendo no 3º trimestre de 2020 ao chegar em 39,4%. Entretanto, no 3º trimestre de 2021, essa diferença apresentou uma queda e passou a ser de 24,3%, permanecendo alta apesar da diminuição em relação ao trimestre anterior.

Tabela 7 – Rendimento médio mensal efetivamente recebido por gênero, segundo grupamentos ocupacionais - Amazonas - 3º Trimestre - 2012-2021 (continua)

Grupamentos Ocupacionais	Gênero	Diferença entre rendimentos 2012									Diferença entre rendimentos 2019		Diferença entre rendimentos 2020		Diferença entre rendimentos 2021			
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2021		
Diretores e gerentes	Mulher	3.364		3.449	3.359	3.625	4.301	4.401	3.811	4.066		4.196		4.032		14,7%	21,5%	26,6%
	Homem	4.844	30,6%	4.367	5.024	4.094	4.470	7.436	4.050	4.768		5.348		5.492				
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	Mulher	3.177		3.586	3.545	5.697	4.975	6.915	8.270	5.687		7.680		5.205		-2,1%	-24,9%	-19,1%
	Homem	2.514	-26,4%	2.368	3.012	3.378	3.816	4.867	5.421	5.572		6.149		4.369				
Ocupações elementares	Mulher	573		653	679	741	792	762	765	785		866		799		2,3%	6,3%	18,3%
	Homem	667	14,1%	713	845	879	816	773	740	803		924		978				
Operadores de instalações e máquinas e montadores	Mulher	754		877	881	985	1.015	1.094	1.127	1.072		1.212		1.312		13,2%	13,3%	11,9%
	Homem	1.173	35,8%	1.161	1.309	1.308	1.411	1.229	1.385	1.235		1.399		1.489				
Profissionais das ciências e intelectuais	Mulher	2.914		2.804	2.569	2.963	3.120	3.550	3.736	3.525		3.574		3.395		26,6%	39,4%	24,3%
	Homem	3.784	23,0%	4.134	4.335	4.505	4.575	5.765	4.679	4.803		5.902		4.487				
Técnicos e profissionais de nível médio	Mulher	1.662		1.687	1.941	2.049	2.158	1.722	1.790	2.250		2.262		2.186		0,4%	23,2%	30,0%
	Homem	1.809	8,1%	1.831	2.064	2.160	2.388	2.019	2.181	2.258		2.947		3.124				
Trabalhadores de apoio administrativo	Mulher	1.144		1.171	1.319	1.243	1.574	1.586	1.559	2.019		1.833		1.681		-13,4%	6,9%	20,4%
	Homem	1.130	-1,3%	1.283	1.406	1.420	1.672	1.473	1.692	1.781		1.969		2.112				
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	Mulher	849		875	876	916	900	969	913	975		1.020		1.061				
	Homem	1.116	23,9%	1.048	1.358	1.332	1.419	1.429	1.529	1.571		1.613		1.632		38,0%	36,8%	34,9%

Tabela 7 – Rendimento médio mensal efetivamente recebido por gênero, segundo grupamentos ocupacionais - Amazonas - 3º Trimestre - 2012-2021 (conclusão)

Grupamentos Ocupacionais	Gênero	Diferença entre rendimentos									Diferença entre rendimentos		Diferença entre rendimentos		Diferença entre rendimentos	
		2012	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2019	2020	2020	2021	2021	
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	Mulher	321		402	433	396	478	469	303	306		326		646		
	Homem	472	31,9%	543	558	554	504	497	444	429	28,8%	462	29,4%	626	-3,3%	
Trabalhadores qualificados, operários e artesões da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	Mulher	954		774	793	808	752	704	711	1.074		795		1.051		
	Homem	1.025	7,0%	1.077	1.185	1.275	1.231	1.262	1.191	1.259	14,7%	1.227	35,2%	1.356	22,4%	

Fonte: Elaboração própria. Fonte dos dados: Microdados da PNAD Contínua Trimestral - IBGE.

3.2 Discussões

Em linha com o que aponta a literatura, ao se analisar a participação das mulheres amazonenses no mercado de trabalho de 2012 à pandemia de COVID-19, foi possível observar que a crise sanitária contribuiu para a deterioração do cenário laboral feminino e ampliação das desigualdades de gênero persistentes no mercado de trabalho.

Conforme discutido por Leone, Krein e Teixeira (2017), a disparidade entre os gêneros surge devido à trajetória profissional do homem acontecer sem percalços, enquanto as mulheres são as primeiras a enfrentar o desemprego durante períodos de crise, além de lidarem com a informalidade em mercados de trabalho pouco estruturados. Neste estudo, constatamos que a pandemia afetou negativamente a participação das mulheres na força de trabalho no Estado do Amazonas, fortalecendo assim a perspectiva desses autores.

Observou-se que em plena pandemia (3º trimestre de 2020), houve uma redução de 5,18% da presença de mulheres na força de trabalho, enquanto para os homens a diminuição foi de 1,69% se comparado com o mesmo trimestre do ano anterior. Isso implica que entre os trabalhadores que precisaram deixar as suas ocupações, as mulheres foram as que mais transitaram para fora do mercado de trabalho ao invés de irem para o desemprego.

No 3º trimestre de 2021, os resultados apontaram um enfraquecimento dos efeitos negativos da pandemia do mercado de trabalho, visto que a força de trabalho voltou a crescer, mas o contingente de homens na força de trabalho já apresentava uma proporção 39,4% maior em relação ao das mulheres.

Além disso, entre o 3º trimestre de 2019 e 2020, a taxa de participação reduziu para ambos os gêneros, sendo estimada em 49,8% para as mulheres e 69,6% para os homens. Já o nível de ocupação, foi expresso em 39,8% para as mulheres e 59,5% para os homens. Na desocupação registou-se um aumento de +2,3 pontos percentuais para as mulheres e +4,1 p.p. para os homens, que apesar disso continuaram com uma taxa de desocupação (14,5%) inferior à encontrada para as mulheres (20,2%) no trimestre.

No 3º trimestre de 2021, verificou-se uma melhora nos indicadores do mercado de trabalho amazonense, porém, as mulheres permaneceram com os menores índices de participação (52,8%) e ocupação (43,2%) em relação aos homens, e os resultados encontrados para as mulheres são menores do que as taxas de participação (53,9%) e ocupação (44,3%) do 3º trimestre de 2019. Além disso, a taxa de desocupação feminina no 3º trimestre de 2021 (18,2%) é superior a encontrada no 3º trimestre de 2019 (17,9%).

Assim sendo, os resultados obtidos neste trabalho são consistentes com os achados de outras pesquisas na área, como o relatório realizado pelo DIEESE (2021), que ao analisar o Brasil com base nos dados da PNADC, verificou uma queda expressiva na ocupação da mulher no período da pandemia, observando que muitas nem chegaram a buscar uma nova inserção. Posto que entre o 3º trimestre de 2019 e 2020, o contingente de mulheres fora da força de trabalho aumentou 8,6 milhões, a ocupação feminina diminuiu 5,7 milhões e mais 504 mil mulheres ficaram desempregadas.

Ademais, outro estudo do DIEESE (2022), também apontou que na comparação do 3º trimestre de 2019 com o 3º trimestre de 2021, a participação das mulheres brasileiras em 2021 se mostrou inferior à verificada em 2019, enquanto na taxa de desocupação ocorreu o contrário e o índice apresentado em 2021 foi superior ao de 2019.

No que tange à subutilização, os resultados do presente estudo mostram que no 3º trimestre de 2020, a subutilização cresceu independente do gênero, mas a taxa de subutilização feminina chegou em 40,3%, sendo 11,8 pontos percentuais superior à taxa de subutilização dos homens (28,5%). Já no 3º trimestre de 2021, a subutilização diminuiu, atingindo 36,7% para as mulheres e 21,6% para os homens. Por se tratar de uma taxa que leva em conta as formas mais precárias de inserção no mercado de trabalho, calculada através da soma das categorias de subocupação, desocupação e força de trabalho potencial, os resultados encontrados para a taxa de subutilização evidenciam que no Amazonas, a situação das mulheres no mercado de trabalho é mais vulnerável.

Dessa forma, os resultados encontrados corroboram com os achados da pesquisa de (FILLETI; GORAYEB; CARDOSO DE MELO, 2021), que identificaram um aumento substancial nas taxas de subutilização das mulheres brasileiras na pandemia. No 2º trimestre de 2020, observou-se uma taxa de 34,0% versus 29,2% do mesmo período do ano anterior. Além disso, vale ressaltar que no Brasil a taxa de subutilização verificada para as mulheres ultrapassou, pela primeira vez desde o início das medições da PNAD Contínua, o patamar dos 30%.

Quanto aos rendimentos médios, observou-se um aumento nos ganhos de ambos os gêneros em 2020. No entanto, com uma diferença significativa de 10,1% entre os rendimentos médios masculinos e femininos. Enquanto o rendimento médio masculino (R\$ 1.928) cresceu 11,0%, o rendimento médio feminino (R\$ 1.733) teve um crescimento de apenas 2,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

No 3º trimestre de 2021, o rendimento médio das mulheres foi de R\$ 1.603, sendo 10,75% menor do que o rendimento médio dos homens (R\$ 1.796).

Os resultados verificados estão em concordância com os achados do DIEESE (2021), que considerando o Brasil para a análise, encontraram resultados parecidos ao identificar que a diferença entre os rendimentos de homens e mulheres persistiu no 3º trimestre de 2020, com os homens ganhando 18,7% a mais do que as mulheres, uma vez que o rendimento masculino foi de R\$2.694 e feminino de R\$ 2.191.

No que se refere ao contingente de ocupados por raça/cor, segundo o gênero, os resultados mostram que os grupos de mulheres mais afetados no 3º trimestre de 2020, foram os de mulheres pretas e brancas que apresentaram uma variação negativa de 22,5% e 27%, respectivamente. Entre os homens, os mais impactados foram os homens pretos (-36%), indígenas (-30,2%) e amarelos (-24,7%) que também apresentaram diminuição da população ocupada em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Os resultados do presente trabalho corroboram em partes com os achados de Oliveira e Kuwabara (2021), que para o Brasil verificaram uma maior vulnerabilidade para as mulheres pretas em termos de emprego em 2020, mas em conjunto com as mulheres pardas, dado que quando questionadas se na semana anterior haviam trabalhado ou feito algum “bico”, responderam “sim” apenas 27,7% das mulheres pretas e 25,9% das mulheres pardas em maio, para em novembro responderem “sim” 35,6% das mulheres pretas e 32,3% das mulheres pardas, frente aos 51,6% dos homens brancos que haviam trabalhado em maio e 58,4% em novembro. Dessa forma, os resultados obtidos no presente trabalho diferem dos de Oliveira e Kuwabara (2021), por encontrar impactos maiores na ocupação de mulheres pretas e brancas, enquanto as autoras identificaram condições de vulnerabilidade maior para mulheres pretas e pardas.

Em relação à faixa etária da população ocupada, observou-se que os grupos de idade mais afetados pela crise sanitária no 3º trimestre de 2020, foram os de jovens de 14 a 17 anos, tanto para os homens quanto para as mulheres. A população feminina ocupada apresentou uma variação negativa de 19,3% e a população masculina teve uma diminuição de 39% entre os ocupados na variação entre o mesmo trimestre do ano anterior.

Os resultados encontrados estão em consonância com a pesquisa de (RUSSO; CORSEUIL, 2021), que ao analisar o panorama do trabalho em tempos de COVID-19 no Brasil, constatou que a população jovem foi a mais afetada na crise causada pela pandemia em 2020, sugerindo que o país tem dificuldade em absorver novos entrantes no mercado de trabalho.

Ao analisarmos a escolaridade da população ocupada, verificou-se que mulheres com baixo nível de instrução foram as afetadas pela pandemia, dado que no 3º trimestre de 2020, mulheres com fundamental incompleto ou equivalente apresentaram uma variação negativa de 33,1%, enquanto o contingente de mulheres ocupadas com ensino médio e superior completo

aumentou em 7,8% e 0,7%, respectivamente. Entre os homens, o grupo mais impactado foi o de homens com superior incompleto ou equivalente, que tiveram uma diminuição de ocupados de 26,6%, ao passo que a ocupação de homens com ensino superior completo cresceu 1,9% em relação a 2019.

À vista disso, os achados desta pesquisa corroboram as descobertas de (MACEDO; PINHEIRO, 2022), que identificaram uma chance maior de participar da força de trabalho à medida que o nível de instrução aumenta. As pesquisadoras verificaram que durante a pandemia, as chances das mulheres com nível superior completo cresceram de 5,56 para 5,88, ampliando a diferença que já era muito grande, na participação entre aquelas mais escolarizadas e as menos escolarizadas. Para as autoras, isso pode ser explicado pela possibilidade das mais escolarizadas poderem realizar trabalho remoto, possuírem ocupações menos precárias e até mesmo terem a disponibilidade financeira para obter ajuda remunerada que as permita conciliar trabalho no mercado e trabalho reprodutivo, ainda que em tempos de isolamento e crise econômica.

Na análise de pessoas por posição na ocupação, os resultados do 3º trimestre de 2020 mostraram que para as mulheres, o maior impacto foi sentido na categoria de trabalhadoras domésticas com carteira de trabalho assinada, que apresentaram uma redução de -63,9%, enquanto as trabalhadoras domésticas sem carteira de trabalho assinada e empregadas no setor privado sem carteira de trabalho assinada expressam uma diminuição de apenas 15,1% e 16,3%, respectivamente. Para os homens, os grupos mais afetados foram os de empregadores (-23,6%), empregados no setor público sem carteira de trabalho assinada (-21,3%) e empregados no setor privado sem carteira assinada (-18,6%).

No 3º trimestre de 2021, as categorias citadas como as mais afetadas pela crise sanitária de 2020, apresentaram melhoras em seus resultados. As mulheres trabalhadoras domésticas com carteira de trabalho assinada aumentaram em 124,3%, as trabalhadoras domésticas sem carteira de trabalho assinada em 34,2% e empregadas no setor privado sem carteira de trabalho assinada em 10,3%. Entre os homens, houve um crescimento de 19,6% para os empregadores, de 22,7% para os empregados no setor público sem carteira de trabalho assinada e de 17,4% para os empregados no setor privado sem carteira assinada.

Deste modo, considerando os resultados, observamos que os achados deste estudo estão alinhados com os resultados da pesquisa de (SARRIS; FILLETI; CARDOSO de MELO; GORAYEB, 2020), que ao observar o movimento ocorrido com as pessoas ocupadas por posições na ocupação no Brasil, frente ao 2º trimestre de 2020, identificou que para as mulheres, as categorias mais afetadas foram as de empregadas do setor privado sem carteira (-22,8%),

trabalhadoras domésticas sem carteira (-23,8%), trabalhadoras domésticas com carteira (-15,2%) e conta própria (-13,0%).

No que diz respeito às atividades desempenhadas, o impacto da pandemia para as mulheres pôde ser visto principalmente na categoria de trabalhadoras dos serviços, vendedoras dos comércios e mercados que no 3º trimestre de 2020 apresentaram uma queda de 12,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Para os homens, os grupos de trabalhadores mais afetados foram de trabalhadores de serviços e trabalhadores qualificados, operários e artesões da construção, das artes mecânicas e outros serviços que tiveram uma diminuição de 6,2% e 16,6%, respectivamente.

Os resultados do 3º trimestre de 2021 mostraram que após o pico da pandemia em 2020, o mercado de trabalho feminino conseguiu se recuperar, em razão do aumento de 23,4% no grupo de trabalhadoras do serviço, que abrange a maior parte da população de mulheres ocupadas no Amazonas, deste modo, realçando o impacto negativo da crise sanitária no ano anterior.

Assim, as estimativas obtidas nesta pesquisa coincidem com os resultados do CEPES (2022), que no Brasil, verificou um saldo negativo na movimentação empregatícia (admissões e demissões) das mulheres trabalhadoras do setor de serviço (-167.531) e comércio (-73.503) no acumulado de 2020. Os autores apontam que devido a importância desses setores para o emprego feminino, o resultado geral das movimentações empregatícias do sexo feminino foi negativo (-225.674) em 2020. Já em 2021, observou-se que as contratações das mulheres foram superiores às demissões em todos os setores, com um saldo de 1.285.756.

Na comparação de rendimentos por grupos de ocupação, segundo o gênero, os resultados evidenciaram a disparidade entre os rendimentos médios de homens e mulheres do mesmo grupo de ocupacional, com as mulheres tendo rendimentos médios mais baixos em grande parte das ocupações, exceto para mulheres que fazem parte das forças armadas, policiais e bombeiros militares.

Para as categorias com maiores desigualdades de rendimentos, os resultados do 3º trimestre de 2020 revelaram entre os trabalhadores do serviço, o homem recebia 36,8% a mais do que as mulheres, enquanto a diferença era de 23,2% para os técnicos e profissionais de nível médio, 21,5% para os diretores e gerentes, e 39,4% para os profissionais das ciências e intelectuais.

No 3º trimestre de 2021, a diferença nos rendimentos entre os gêneros era de 34,9% a mais para os homens trabalhadores do serviço, 30% a mais para homens técnicos e profissionais

de nível médio, 26,6% a mais para os homens diretores e gerentes e 24,3% a mais para os homens profissionais das ciências e intelectuais.

Portanto, os resultados encontrados corroboram com a pesquisa de (FILLETI; FONSECA, 2021), que para o Brasil, identificou no 2º trimestre de 2020 uma desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres maior em cargos altos. Observando que o rendimento das mulheres superou o dos homens apenas nas “forças armadas, policiais e bombeiros”. Em relação aos cargos de “diretores e gerentes” e “profissionais das ciências” a disparidade de remuneração entre homens e mulheres ficou ainda mais aparente, visto que as mulheres obtiveram um rendimento médio correspondente a 62,2% e 65,4% do rendimento dos homens, respectivamente.

CONCLUSÃO

A pesquisa constatou que a pandemia de COVID-19 agravou a desigual participação das mulheres no mercado de trabalho globalmente, resultando no aumento do desemprego feminino e revertendo a tendência anterior de redução das disparidades de gênero que persistem no universo do trabalho. Essa constatação inicial serviu como ponto de partida para a realização deste estudo, motivado a busca por uma compreensão dos efeitos desproporcionais que recaem sobre as mulheres no que tange ao mercado de trabalho em tempos de crise.

Diante disso, o objetivo geral deste estudo foi analisar a participação das mulheres amazonenses no mercado de trabalho no período de 2012 à pandemia de COVID-19. É possível afirmar que tal objetivo foi efetivamente atendido, visto que este trabalho conseguiu identificar no referido período as características do mercado de trabalho feminino no Amazonas, além de verificar o impacto da crise causada pela pandemia de COVID-19 na inserção das mulheres, com base nos indicadores do mercado de trabalho.

Para atingir esse objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) identificar a idade e raça das mulheres inseridas na força de trabalho; b) verificar o nível de escolaridade das mulheres; e, c) distinguir as atividades desempenhadas pelas mulheres e a renda obtida.

A etapa do estudo direcionada à identificação de idade e raça das mulheres inseridas na força de trabalho teve como finalidade obter informações precisas sobre a composição populacional das mulheres participantes do mundo produtivo. A análise dos dados relacionados permitiu a constatação de que as faixas etárias dominantes são as de 25 a 39 anos e 40 a 59 anos, porém, o grupo mais afetado pela pandemia foi o de jovens de 14 a 17 anos.

Quanto à raça, a pesquisa destacou a presença expressiva de mulheres pardas inseridas na força de trabalho em relação aos demais grupos étnicos. Além disso, os resultados do 3º trimestre de 2020 sugerem que os grupos de mulheres mais impactados pela crise sanitária foram os de pretas e brancas.

O segundo objetivo específico teve como foco investigar o grau de instrução das mulheres que integram a força de trabalho. A partir da análise dos dados, foi possível verificar o nível de instrução mais representativo para as mulheres (ensino médio completo), e avaliar a relação entre a escolaridade e a participação feminina no mercado de trabalho, identificando que mulheres com baixos níveis de instrução foram as mais afetadas pela pandemia.

O terceiro objetivo específico buscou verificar as diferentes atividades desempenhadas pelas mulheres, bem como a remuneração associada a essas ocupações. A análise dos dados

permitiu identificar que a disparidade entre os rendimentos médios de homens e mulheres, principalmente nas ocupações relacionadas ao setor de serviços, no qual as mulheres amazonenses estão concentradas e foram mais impactadas pela pandemia.

A pesquisa partiu da hipótese de que a pandemia ampliou os desafios enfrentados pelas mulheres no mercado de trabalho. Sendo assim, os resultados obtidos corroboram a suposição formulada, dado que no 3º trimestre de 2020 foi observada uma desigualdade de gênero evidente. As mulheres foram as mais afetadas pela redução da força de trabalho, apresentaram taxas de participação e ocupação inferiores às dos homens, além de taxas de desocupação e subutilização mais elevadas. Adicionalmente, constatou-se a segregação das mulheres em ocupações consideradas tipicamente femininas e rendimentos médios inferiores aos dos homens que ocupam as mesmas categorias de trabalho.

Os resultados apresentados para o 3º trimestre de 2021, indicaram sinais de recuperação no mercado de trabalho feminino, porém, mantendo a desigualdade de gênero persistente ao longo de todo o período analisado.

Nesse sentido, percebe-se que esta investigação foi capaz de fornecer resposta ao problema de pesquisa proposto: Quais os impactos da pandemia de COVID-19 sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho amazonense no período de 2020 e 2021? Os resultados obtidos permitiram uma compreensão abrangente da realidade das mulheres inseridas na força de trabalho. As descobertas sugerem a necessidade do desenvolvimento de estratégias e políticas que visem a promoção da equidade de gênero, a valorização profissional das mulheres e a redução das disparidades salariais.

REFERÊNCIAS

- AMAZONAS, Maurício de Carvalho. Módulo 2-emprego, mercado de trabalho e distribuição de renda (Curso ASP-Macroeconomia). 2016.
- BRIDI, Maria Aparecida. A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. **Estudos avançados**, v. 34, p. 141-165, 2020.
- BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Revista Estudos Feministas**, v. 2, p. 179-199, 1994.
- CASTILHO, M. R.; MELO, H. P.; DI SABBATO, A. **Um olhar de gênero sobre o setor eletro-eletrônico da Zona Franca de Manaus**, p. 11-54, 2010.
- CAVALCANTI, Adlaine Glória Silva et al. A recente trajetória das mulheres nas áreas urbanas do estado do Amazonas: o que revelam os dados demográficos. 2011.
- CENTRO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS ECONÔMICO-SOCIAIS (CEPES). **Gênero, Trabalho e Pandemia, no Brasil e em Uberlândia**. 2022.
- CORSEUIL, Carlos; RUSSO, Felipe. Brasil: Impacto da Pandemia da COVID-19 sobre o Mercado de Trabalho. 2021.
- COSTA, Joana Simões; BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; HECKSHER, Marcos. **Desigualdades no mercado de trabalho e pandemia da covid-19**. Texto para Discussão, 2021.
- COTRIM, Luisa Rabioglio; TEIXEIRA, Marilane; PRONI, Marcelo Weishaupt. **Desigualdade de gênero no mercado de trabalho formal no Brasil**. Instituto de Economia, Unicamp, 2020.
- DA COSTA OLIVEIRA, Priscila. Mulher e mercado de trabalho: o caso de Manaus (1990 a 2010). 2012.
- DA COSTA, Heloísa Lara Campos. **NO LIMITE DO POSSÍVEL AS MULHERES E O PODER NA AMAZÔNIA**. 2000. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas.
- DE MATOS, E. L.; SOARES, N. S.; DE OLIVEIRA, V. L. S.; MARIANO, A. M. ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO. *Revista Feminismos*, [S. l.], v. 8, n. 3, 2021.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Brasil: A inserção das mulheres no mercado de trabalho. 2021.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Brasil: A inserção das mulheres no mercado de trabalho. 2022.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Mulheres no mercado de trabalho brasileiro: velhas desigualdades e mais precarização. 2022.

FILLETI, Juliana de Paula; FONSECA, Camila Veneo C. **Mulheres no mercado de trabalho no 2º trimestre de 2021**. In FACAMP: Boletim NPEGen Mulheres no Mercado de Trabalho. Campinas: Editora FACAMP, volume 03, número 02, setembro de 2021.

FILLETI, Juliana de Paula; GORAYEB, Daniela Salomão; CARDOSO DE MELO, Maria Fernanda Godoy. **Mulheres Negras no mercado de trabalho no 1º trimestre de 2021**. In FACAMP: Boletim NPEGen Mulheres Negras no Mercado de Trabalho. Campinas: Editora FACAMP, volume 02, número 01, junho de 2021.

GOMES, Carlos Valério Aguiar. Ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 13, p. 129-146, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Classificação de posição na ocupação. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Definição das variáveis derivadas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desemprego. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Indicadores IBGE. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Novos Indicadores Sobre a Força de Trabalho. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua. 2023.

KON, A. Segmentação ocupacional e setorial do trabalho no Brasil segundo o gênero. In: **Comunicação apresentada no XIII Congresso Brasileiro de Economistas. Rio de Janeiro, setembro**. 1999.

LEMONS JUNIOR, Eloy Pereira Lemos; SILVA, Carolina. DISCRIMINAÇÃO DA MULHER NO MERCADO TRABALHO: DESTACANDO A MULHER NEGRA NESTE PROCESSO. **Revista de Direitos Fundamentais nas Relações do Trabalho, Sociais e Empresariais**, v. 5, n. 2, p. 76-93, 2019.

LEONE, Eugenia Truncoso; BALTAR, Paulo. A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, p. 233-249, 2008.

LEONE, Eugenia Truncoso; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, M. O. Mundo do trabalho das

mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade. **São Paulo: secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2017.**

LEONE, Eugênia. **Participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro no contexto do crescimento econômico com distribuição de renda (2004-2013).** Instituto de Economia, UNICAMP, 2019.

MACEDO, Natália Guerra da Rocha; PINHEIRO, Luana Simões. Determinantes da participação das mulheres brasileiras na força de trabalho durante a pandemia da covid-19. 2022.

MATTEI, Lauro; HEINEN, Vicente Loeblein. Impacts of the COVID-19 crisis on the Brazilian labor market. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 40, p. 647-668, 2020.

MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? **Revista de economia contemporânea**, v. 13, p. 135-158, 2009.

MORAIS, Geázi. Determinantes da participação feminina no mercado de trabalho amazonense. 2012.

NAHRA, Cinara; DA COSTA, Fernanda Alves. Desigualdade salarial de gênero e o abismo salarial entre os gêneros. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, v. 27, n. 52, p. 67-86, 2020.

OLIVEIRA, Juliana; KUWABARA, Mônica. O duplo desafio às mulheres negras frente ao covid-19. 2021.

OLIVEIRA, Sidinei Rocha de; PICCININI, Valmiria Carolina. Mercado de trabalho: múltiplos (des) entendimentos. **Revista de Administração Pública**, v. 45, p. 1517-1538, 2011.

PASSOS, Luana; GUEDES, Dyeggo Rocha. Participação feminina no mercado de trabalho e a crise de cuidados da modernidade: conexões diversas. 2018.

PROBST, Elisiana Renata; RAMOS, Paulo. A evolução da mulher no mercado de trabalho. **Santa Catarina: Instituto Catarinense de Pós-Graduação**, v. 1, n. 1, p. 1-8, 2003.

RODRIGUEZ, Graciela. **Um olhar de gênero sobre o setor eletro-eletrônico da Zona Franca de Manaus**, p. 6-9, 2010.

SARRIS, Georgia C; FILLETI, Juliana de P.; CARDOSO de MELO, Maria Fernanda; GORAYEB, Daniela S.; Mulheres no mercado de trabalho no 2º trimestre de 2020. In FACAMP: **Boletim NPEGen Mulheres no Mercado de Trabalho**. Campinas: Editora FACAMP, volume 02, número 02, setembro de 2020.

TEDESCO, Ana Carolina Freitas; SOUZA, Kênia Barreiro. Ser mulher importa? Determinantes, evidências e estimativas da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. **Textos de Economia**, v. 23, n. 1, p. 1-21, 2020.

WORLD ECONOMIC FORUM (WEF). Global gender gap report 2021. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Pneumonia of unknown cause – China. 2020.